

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

20 mil com desconto indevido podem pedir indenização 3

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
SEGURIDADE SOCIAL

Pensão para deficiência derivada do zika 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

ABBC questiona teto do consignado do INSS no STF 6

AQUI - BELO HORIZONTE - MG - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF mira crime de descaminho 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

200 dias sem trabalhar, e remunerados! (Artigo) 8

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A saída do atoleiro fiscal 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo Constitucional: DF está sendo alvo de discriminação, diz Everardo Maciel 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O DF está sendo alvo de discriminação 13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: parecer de relator no Senado deve manter itens da cesta básica e ampliar
cashback 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alimentação fora de casa pode ter aumento de 100% da carga tributária 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

União pode arrecadar R\$ 1 tri com petróleo em uma década 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo fará campanha para divulgar isenção do IR 18

JORNAL DA CIDADE - ARAÇAJU - SE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Município negocia débitos com até 100% de desconto em multas e juros 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

A economia real ignora humor do mercado financeiro - BRASIL EM FOCO 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Intervir ou não intervir no câmbio? - CELSO MING	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Pacote era a última janela para sinalizar controle fiscal"	24
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Avanço contra pobreza e miséria merece celebração (Editorial)	26
O GLOBO - RJ - RIO ECONOMIA	
Câmara aprova mudanças no estatuto dos servidores	27
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Orçamento de 2025 prevê R\$ 600 milhões a menos para Educação	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa avança 1,4% em dia de alívio	30
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ativos antecipam deterioração da economia, dizem gestores	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Fundos de crédito têm primeiro saldo negativo em 18 meses	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
O que temer em segundo mandato de Trump? - PALAVRA DO GESTOR	36
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lições do varejo para aplicar na reforma - OPINIÃO JURÍDICA	38
VALOR ECONÔMICO - SP - EU ECONOMIA	
A função da redução da jornada de trabalho - COLUNA SOCIAL	40
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA	
Acordo UE-Mercosul pode ser fechado hoje	42

20 mil com desconto indevido podem pedir indenização

Eliane Proscholdt

Auditoria determinada pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para investigar a chamada "farrá dos descontos" revela que mais de 1 milhão de aposentados e pensionistas no País relataram desfalques sobre seus benefícios entre janeiro de 2023 e maio deste ano.

Fazendo um recorte no Estado, aproximadamente 20 mil tiveram descontos indevidos e podem pedir indenização. Alguns já ajuizaram as ações na Justiça e aguardam as sentenças.

Leonardo Ronconi, advogado especialista em Planejamento Tributário e Sucessório, destaca que inicialmente foi detectada uma febre de empréstimos consignados sem autorização.

"Recentemente, as ilegalidades estão sendo verificadas em descontos indevidos por entidades desconhecidas, muitas vezes "laranjas", sem a autorização do beneficiário. Por se tratar de valores menores (entre R\$ 20 e R\$ 50 por mês), os descontos passam despercebidos pelas pessoas, sendo detectados em meses ou anos seguintes".

Kamilla Ramiro, advogada especialista em Direito Previdenciário, conta que frequentemente atende clientes que pedem ajuda para bloquear o desconto.

"Primeiro, pedimos o bloqueio no próprio aplicativo Meu **INSS** do cliente e, depois, solicitamos de forma extrajudicial ao sindicato ou associação a devolução do valor descontado indevidamente".

Se o valor não for devolvido, a pessoa ingressa com ação judicial pedindo a devolução e, em alguns casos, indenização por danos morais em decorrência de todo transtorno que essa situação causou.

Tamires Freitas dos Santos, especialista em Direito Público e Previdenciário, ressalta que a devolução em dobro é um direito do consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A advogada vem percebendo que desde o mês passado aumentou o volume de clientes que detectaram

descontos indevidos. Ela, inclusive, ingressou com uma ação pedindo indenização de R\$ 11 mil por dano material em dobro e dano moral para a mãe, por descontos de contribuições em duas associações. O processo está em tramitação.

Em outro caso, a advogada conseguiu decisão em caráter liminar de uma cliente determinando a suspensão da cobrança indevida no valor de cerca de R\$ 50.0 prazo estabelecido foi de 30 dias úteis.

"Por um ano, minha mãe H m teve descontos de 42,60 e 32,47 reais não autorizados de duas associações. Entrei na Justiça pedindo indenização"

Tamires Freitas dos Santos, advogada

OPINIÕES

"Frequentemente nós atendemos clientes que percebem descontos no valor do benefício e procuram ajuda para bloquear"

Kamilla Ramiro, advogada

"Os descontos passam despercebidos pelas pessoas, sendo detectados em meses ou em anos seguintes"

Leonardo Ronconi, advogado

ENTENDA

O esquema

ASSOCIAÇÕES sem fins lucrativos são acusadas de aplicarem descontos indevidos em aposentados.

O INSTITUTO Nacional do Seguro Social (**INSS**) determinou investigação da polícia e auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU).

JÁ FOI IDENTIFICADO que houve pelo menos 1 milhão de descontos indevidos sobre aposentados, o que corresponde a aproximados R\$ 45 milhões em fraudes no País.

Valores

NORMALMENTE, OS descontos são valores pequenos (menos de R\$ 50) estratégia usada na

tentativa de evitar que os aposentados e pensionistas percebam os montantes descontados em seus benefícios.

Ações na Justiça

APOSENTADOS E PENSIONISTAS estão ingressando com ações na Justiça e pedindo indenização.

ESPECIALISTA EM DIREITO Público e Previdenciário. a advogada Tamires Freitas dos Santos alerta que o consumidor tem direito à devolução em dobro quando for cobrado uma quantia indevida.

"O VALOR a ser devolvido é o dobro do que foi pago em excesso, acrescido de juros legais e correção monetária". disse a advogada.

Indenização

AS INDENIZAÇÕES por dano moral em Juizados Especiais no Espírito

Santo são concedidas em torno de R\$ 3 mil, podendo variar a depender das especificidades de cada caso. acrescidos da restituição do valor indevidamente descontado, como destaca o advogado especialista em Planejamento Tributário e Sucessório. Leonardo Ronconi.

Passo a passo

PARA QUEM DESEJA ingressar com ação na Justiça é fundamental que os beneficiários analisem detalhadamente seus extratos de pagamento para identificar qualquer desconto não autorizado.

EM CASO DE DÚVIDAS ou suspeitas de descontos indevidos, é recomendado procurar orientação jurídica especializada, orienta o advogado Leonardo Ronconi.

Provas

É **IMPORTANTE** registrar todos os contatos com sindicatos ou associações, como observa Kamilla Ramiro, advogada especialista em Direito Previdenciário.

"SE FIZER contato telefônico, anote o dia e a hora que recebeu a ligação, nome da pessoa que atendeu, quais informações foram passadas. Depois, envie um e-mail confirmando o teor da ligação. Tudo isso é importante para comprovar que houve prejuízo e transtorno para o aposentado e, conseqüentemente, aumentar o valor do dano moral".

Fonte: Juristas citados.

AGÊNCIA DO INSS: foi feita investigação da polícia e auditoria da CGU

O OUTRO LADO

Como fazer para excluir descontos

O **INSS** orienta que, caso o beneficiário identifique descontos indevidos em seu benefício, ele pode fazer reclamação à Ouvidoria do **INSS** (pelo Meu **INSS** ou telefone 135) e registrar boletim de ocorrência.

O segurado também pode solicitar a exclusão do desconto pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135. Para pedir a exclusão do desconto, é necessário protocolar o serviço "Excluir mensalidade de associação ou sindicato no benefício".

Por meio do aplicativo Meu **INSS**, também há o serviço de "Bloquear/Desbloquear Benefício para Empréstimo Consignado e Mensalidade de Sindicatos", no qual o cidadão bloqueia seu benefício definitivamente para a operação de desconto de mensalidade associativa e empréstimos consignados. A Controladoria-Geral da União informou que a auditoria ainda está em andamento e o relatório final não está público ainda.

Pensão para deficiência derivada do zika

Guilherme Anjos

A Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira, projeto de lei que concede pensão especial vitalícia e R\$ 50 mil em indenização por danos morais para pessoas com deficiências permanentes decorrentes de microcefalia associada ao Zika vírus. O pagamento mensal equivale ao teto do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), no valor de R\$ 7.786,02, e será isento de Imposto de Renda.

Para se tornar Lei, o PL 6064/23, com substitutivo do deputado federal pernambucano Lula da Fonte (PP), aguarda sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, para a presidente da União Mães de Anjos em Pernambuco e vice-presidente nacional do UniZika, Germana Soares, a decisão do Legislativo já é uma conquista.

Germana é mãe de Guilherme, 9, acometido pela Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika. "Através da União Mães de Anjos e do UniZika, represento tantas mulheres que, assim como eu, transformam todos os dias suas dores em coragem para lutar", escreveu Soares em suas redes sociais.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Lula da Fonte celebrou a vitória no plenário. "Trabalhei para assegurar a viabilidade e justiça social dessa proposta, que representa um alívio para quem enfrenta tantos desafios. Essa não é apenas uma luta dessas mães e familiares, é de todos nós", afirmou.

PENSÃO

A pensão será paga como abono a título de 13º salário, podendo acumular com outros benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O valor deve ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para receber a pensão, o beneficiário deve apresentar laudo da junta médica pública ou privada responsável pelo seu acompanhamento.

Além da pensão e da indenização, o projeto também amplia em 60 dias o salário maternidade e a licença de 120 dias no caso de nascimento de criança com microcefalia associada ao vírus Zika. O mesmo vale para adoção ou guarda judicial. A licença-paternidade de cinco dias prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi estendida para 20 dias.

Mais de 58% dos imóveis em risco

Saiba mais...

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/12/pensao-para-deficiencia-derivada-do-zika.html>

ABBC questiona teto do consignado do INSS no STF

Mariana Ribeiro De São Paulo

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a competência do Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados ao Ministério da Previdência, para fixar o teto de juros praticados nas operações de crédito consignado do **INSS**.

Para a associação, a interpretação é "equivocada e inconstitucional", pois arrega para as entidades uma responsabilidade típica de órgãos do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Na ação direta de inconstitucionalidade (ADI), a ABBC argumenta que a fixação de limites aos juros é uma prerrogativa do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A contestação vem em um momento em que diversos bancos estão deixando de operar com crédito consignado devido ao atual teto de juros da modalidade. Desde junho, o limite está em 1,66% ao mês para operações com desconto em folha. Uma nova reunião do CNPS está marcada para o dia 10.

A ABBC diz que até maio de 2006 não havia um teto para o consignado **INSS** e que, desde então, o instituto vem atribuindo a si próprio, de forma indevida, essa tarefa. "O **INSS**, nos sucessivos atos normativos que fixaram limites aos juros do consignado, faz remissão ao art. 6º, VI, da lei 10.820/03, que, apesar de garantir ao órgão a competência e a legitimidade para disciplinar regras gerais de operação dos descontos nos benefícios dos aposentados, não lhe autoriza a determinar limites de juros", diz a entidade.

A associação afirma ainda que não se opõe à fixação de teto, mas defende que essa responsabilidade seja atribuída ao CMN, "órgão que reúne a necessária competência técnica para avaliar e decidir sobre o assunto".

De acordo com a ABBC, o atual limite de juros impacta a viabilidade da linha de crédito. A entidade mostra que, em 2024, houve forte elevação das taxas do contrato de DI de dois anos, custo base de captação para os associados da entidade que operam o crédito consignado do **INSS**, saindo de 9,6% ao ano em janeiro para 14% ao ano em novembro. O teto, no entanto, passou por seguidas quedas.

"Apesar dos reiterados apontamentos da ABBC em grupos de trabalho e reuniões do CNPS, verificamos forte resistência do conselho em rever a atual metodologia, que indevidamente utiliza a variação da Selic como base para a revisão do teto de juros, indicador que, conforme demonstrado, não reflete as variações do custo de captação de longo prazo", afirma a entidade.

A ABBC acrescenta que, quando há redução da Selic, o CNPS "rapidamente diminui o teto dos juros", mas, quando há aumento, "não ocorre o correspondente e indispensável aumento do teto".

De acordo com dados da entidade, em março do ano passado, quando diversos bancos suspenderam a oferta da modalidade, o spread das operações estava em 0,73% e, atualmente, está em 0,61%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188061>

PF mira crime de descaminho

Uma ação conjunta da Polícia Federal e **Receita Federal**, na manhã de ontem, mirou o crime de descaminho de aparelhos celulares e outros eletrônicos introduzidos irregularmente no país. Eram cumpridos nove mandados de busca e apreensão em imóveis residenciais e comerciais

vinculados a empresas da cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro.

Durante as investigações, a PF identificou que os envolvidos comercializavam eletrônicos como smartphones, tablets, notebooks, smartwa-tches, fones de ouvido e outros acessórios para celulares e computadores que entraram ilegalmente no país.

Esses produtos estavam sendo trazidos para o Brasil de maneira clandestina, sem os desembaraços aduaneiros, e eram vendidos em lojas físicas e com anúncio pela internet, por meio de redes sociais. Os responsáveis pelas empresas envolvidas poderão responder pelos crimes de descaminho e associação criminosa.

Site: <https://digital.em.com.br/suplementos>

200 dias sem trabalhar, e remunerados! (Artigo)

JOSÉ PASTORE Professor da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP **HELIO ROCHA** Ex-diretor jurídico da Confederação Nacional da Indústria

As redes sociais deram um enorme impulso à discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pela deputada Erika Hilton (PSol/SP) cujo texto propõe a redução da extensão semanal do trabalho de 44 para 36 horas, a ser cumprida, no máximo, em quatro dias, com o consequente aumento do período de repouso de um para três dias, mantido o limite de oito horas diárias - equação que não fecha, posto que $4 \times 8 = 32$. Tudo isso sem diminuição do salário atual, o que significa que os empregados e **servidores públicos** civis passarão a trabalhar quatro dias e a receber sete. Nem a Lei Aubry 2, que, na França, reduziu a duração do trabalho para 35 horas, estabeleceu um número de dias de trabalho por semana.

As justificativas da parlamentar incluem: (1) há uma tendência mundial de redução de jornada; (2) isso proporciona uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores; e (3) cria mais de 6 milhões de novos empregos. Realmente, não é de hoje que muitos países debatem sobre a redução legal das horas semanais e diárias de trabalho, seja para aumentar o tempo de convívio familiar, seja para dedicação à requalificação e às atividades culturais e de lazer, com efeitos que se supõe serão positivos à saúde física e mental dos empregados e na sua produtividade, seja como mecanismo para gerar empregos.

São objetivos meritórios. Mas nada disso ocorre automaticamente. Para o alcance desses objetivos, é imperioso observar, entre muitos fatores, as condições econômicas, as características da produção, das empresas, dos empregados e de cada região. Razão pela qual a redução do tempo de trabalho tem ocorrido mais depressa quando praticada por meio de processo de negociação e, o que é mais importante, pari passu com os ganhos de produtividade do trabalho. Sem isso, o impacto econômico e social é muito grave.

Para se ter uma noção, a redução da jornada semanal de 44 para 36 horas, como pretende a referida PEC, gera um aumento do custo do trabalho, no mínimo, de 18%, quando os aumentos reais de salários costumam

ser de 2%, 3%, 4% ou pouco mais do que isso. Em outubro de 2024, o reajuste nominal mediano foi de 5%, segundo o Salariômetro, da Fipe. Um aumento de 18% sem contrapartida de aumento de produtividade afeta profundamente a equação de custo de um enorme número de empresas, o que pode redundar na sua inviabilidade econômica e dispensa de pessoal.

Além da redução das horas semanais, há o impacto da redução de seis para quatro dias de trabalho por semana e, conseqüentemente, um aumento de um para três dias de descanso.

No sistema atual, temos 48 dias de repouso por ano, 18 dias sem trabalho devido aos feriados legais, religiosos ou costumeiros e 30 dias de férias, o que dá um total de 96 dias sem trabalho e remunerados. No sistema proposto de três dias de repouso por semana, seriam 192 dias sem trabalhar e remunerados - o dobro do sistema atual. Dos 365 dias do ano, 53% seriam sem trabalho.

É claro que, para certas empresas e situações, isso pode ser tolerado. Mas, com certeza, esse aumento de custo inviabiliza milhões de pequenas empresas que operam em dias corridos e que precisam contratar um grupo adicional de empregados só para atender a escala de 4×3 . Não se quantificou ainda os efeitos que a limitação a quatro dias de trabalho semanais poderá ter sobre setores que operam em turnos ininterruptos de revezamento de seis horas, sete dias por semana, como o siderúrgico.

A experiência recomenda que as leis devem estabelecer a extensão máxima do trabalho compatíveis com a realidade e o estágio civilizatório, e deixarem para as negociações o ajuste da extensão mínima.

Assim é no Brasil. A Constituição de 1988 fixa de forma consentânea com o quadro nacional e mundial, 44 horas semanais e oito horas diárias como tetos e deixa para os acordos e convenções coletivas - ou mesmo para as próprias empresas, observados os limites normativos - a fixação das jornadas efetivas.

Em suma, convém que os parlamentares examinem cuidadosamente os argumentos em favor da redução de jornada, assim como os seus ônus, para que a modificação não se transforme em um bumerangue

contra o país, a sociedade, a economia e, em especial, os trabalhadores e suas famílias. É duvidoso que medidas desse tipo gerem 6 milhões de empregos, como afirma a deputada Erika Hilton.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6714/05-12-2024.html?all=1>

A saída do atoleiro fiscal

Como previsto, o governo acabou caindo na esparrela que ele mesmo se preparou. Há muito já se sabia que a inconsequência do arcabouço fiscal acabaria por metê-lo numa enrascada da qual não conseguiria sair. A escalada de incerteza fiscal, na esteira da expansão desmesurada de gastos e do alarmante descontrole do endividamento público, deixou a economia travada por taxas de juros reais absurdamente altas e assombrada por uma taxa de câmbio em persistente depreciação.

A saída óbvia seria um esforço convincente de ajuste das contas públicas que pudesse reverter a desconfiança advinda da incerteza fiscal. Mas, como lhe falta a convicção requerida para incorrer nos custos políticos de levar tal esforço adiante, o governo não tem como mostrar o empenho que se faz necessário para tirar a economia da difícil situação em que foi metida. Não se sabe por quanto tempo mais permanecerá nesse atoleiro, exposto a enorme desgaste político.

Aferrada a percepções equivocadas de como a economia funciona e tolhida tanto por restrições ideológicas arraigadas como por incurável imediatismo eleitoral, a cúpula do governo tem-se mostrado completamente incapaz de conceber uma saída viável da crise de confiança que se abateu sobre a economia.

Não será nada fácil para o país atravessar os próximos dois anos, talvez mais, empantanado nesse impasse. É preciso deixar de lado o autoengano e reconhecer os fatos como eles são. Já não há mais como ter ilusões. O governo que aí está não conseguirá sequer iniciar a restauração de um regime fiscal sustentável.

É hora de, mais uma vez, recorrer ao Congresso. Nos últimos anos, o país vem colhendo bons frutos da experiência exitosa de ter deixado ao Poder Legislativo o equacionamento de uma questão de grande importância que, ao longo de muitos mandatos presidenciais, o Poder Executivo se mostrou incapaz de tratar: a reforma da tributação do consumo.

Quando, afinal, surgiu a oportunidade política, já havia no Congresso, não um, mas dois projetos detalhados de **reforma tributária** disponíveis.

Já há na Câmara uma proposta de emenda constitucional (PEC) de restauração da sustentabilidade fiscal apresentada pelos deputados

Pedro Paulo Teixeira (PSD-RJ), Kim Kataguirí (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ), assessorados pelo conceituado consultor parlamentar Paulo Bijos, ex-secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Trata-se de proposta condizente com as reais proporções do problema fiscal que enfrenta o país, incomparavelmente mais ousada e abrangente do que o acanhado pacote recém-anunciado pelo governo. Não é por outra razão que vem merecendo elogios de especialistas de grande renome na área fiscal.

Cabe aos segmentos mais responsáveis da sociedade civil dar a tal iniciativa o respaldo que merece, ampliando o âmbito da discussão das medidas propostas, para que o projeto possa angariar o apoio requerido e ganhar tração no Congresso.

É importante que o avanço da discussão dessa PEC a deixe disponível para ser tramitada com rapidez, no todo ou em parte, quando a oportunidade política se abrir. Com certeza, no próximo mandato presidencial. Mas, quem sabe, ainda no atual governo.

De imediato, se factível, ou caso o agravamento da crise venha a dar ao Planalto o senso de urgência requerido para que, afinal, abandone o desajuizado negacionismo eleitoral a que está entregue.

Se, ao longo dos próximos dois anos, a insistência do Planalto na irresponsabilidade fiscal redundar em rápida deterioração adicional do quadro econômico, e o governo tiver de ser resgatado às pressas dos desdobramentos desastrosos de sua insensatez, é bom que se tenha à mão um plano contingente bem articulado, que possa ser prontamente acionado para conter os piores danos que tamanha crise poderá vir a causar.

O país não pode deixar sua sorte atrelada à inconsequência do Planalto.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/rogerio-furquim-nerneck/coluna/2024/12/a-saida-do-atoleiro-fiscal.ghtml>

Fundo Constitucional: DF está sendo alvo de discriminação, diz Everardo Maciel

Ana Dubeux +

Anunciada como medida de ajuste fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está inserida de contrabando em projeto de lei que versa sobre outro assunto. O texto, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE) e de outros parlamentares, estabelece mudanças em lei, especialmente a 8.742/93, que trata de regras para controle dos benefícios dos programas de assistência social do governo.

Em meio ao texto, no artigo 7º, o projeto de lei insere uma alteração na Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Constitucional do DF. A proposta, defendida abertamente por Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que os repasses federais para a segurança pública, a saúde e a educação do DF serão corrigidos anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo. Atualmente o Fundo Constitucional é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União.

Esse projeto é muito malfeito, afirma o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel. Na avaliação dele, a proposta encaminhada ao Congresso trata inicialmente de transferência de renda para pessoas, como benefícios. No meio disso, de repente, aparece o artigo sétimo, que trata do Governo do Distrito Federal. Isso aqui é claramente um jabuti.

Segundo ele, o artigo está aqui escondido. Então, o governo vai tentar passar como? Tratoração, critica.

Maciel considera que esse é um estratagema comum a quem pretende aprovar matéria sem chamar a atenção. Aqui se recorreu a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco artilosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível. Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas, afirma.

O especialista em direito tributário era secretário da Fazenda do DF quando se discutia na capital do país uma forma de dar autonomia financeira para que Brasília pudesse existir como centro político,

administrativo e das representações diplomáticas no país. Em 2002, Maciel estava na **Receita Federal** quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.633/2002 e criou o Fundo Constitucional.

Desde então, houve muitas tentativas de reduzir os repasses federais. Mas nunca como agora, quando o corte é defendido pelo presidente da República, sob a justificativa de que o Fundo Constitucional do DF deve seguir as regras de correção do Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser criado para compensar as perdas dos estados em decorrência da **Reforma Tributária**.

Esse novo fundo, no entanto, segundo Maciel, tem natureza diferente do Fundo Constitucional do DF. Enquanto o primeiro é destinado a incentivos fiscais para investimentos privados, o segundo é voltado para o custeio de áreas vitais para a manutenção da capital do país.

Segundo Maciel, o FCDF deve ser comparado, por analogia, ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, que está vinculado à receita da União.

Ele avalia que a proposta de mudar a lei do FCDF é preconceituosa e discriminatória e representa um ato contra a capital. É um ato discricionário contra o Distrito Federal, afirma. E acrescenta: O Distrito Federal será usado para financiar o ajuste fiscal.

Além disso, segundo Maciel, trata-se de uma medida inócua. É um ato fiscal pífilo. Não representa nada em relação ao Orçamento da União e muito para o Distrito Federal, enfatiza.

Anunciada como medida de ajuste fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está inserida de contrabando em projeto de lei que versa sobre outro assunto. O texto, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE) e de outros parlamentares, estabelece mudanças em lei, especialmente a 8.742/93, que trata de regras para controle dos benefícios dos programas de assistência social do governo.

Em meio ao texto, no artigo 7º, o projeto de lei insere uma alteração na Lei 10.633, de 27 de dezembro de

2002, que criou o Fundo Constitucional do DF. A proposta, defendida abertamente por Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que os repasses federais para a segurança pública, a saúde e a educação do DF serão corrigidos anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo. Atualmente o Fundo Constitucional é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União.

Esse projeto é muito malfeito , afirma o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel. Na avaliação dele, a proposta encaminhada ao Congresso trata inicialmente de transferência de renda para pessoas, como benefícios. No meio disso, de repente, aparece o artigo sétimo, que trata do Governo do Distrito Federal. Isso aqui é claramente um jabuti.

Segundo ele, o artigo está aqui escondido . Então, o governo vai tentar passar como? Tratoração , critica.

Maciel considera que esse é um estratagema comum a quem pretende aprovar matéria sem chamar a atenção. Aqui se recorreu a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco ardisosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível. Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas , afirma.

O especialista em direito tributário era secretário da Fazenda do DF quando se discutia na capital do país uma forma de dar autonomia financeira para que Brasília pudesse existir como centro político, administrativo e das representações diplomáticas no país. Em 2002, Maciel estava na **Receita Federal** quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.633/2002 e criou o Fundo Constitucional.

Desde então, houve muitas tentativas de reduzir os repasses federais. Mas nunca como agora, quando o corte é defendido pelo presidente da República, sob a justificativa de que o Fundo Constitucional do DF deve seguir as regras de correção do Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser criado para compensar as perdas dos estados em decorrência da **Reforma Tributária**.

Esse novo fundo, no entanto, segundo Maciel, tem natureza diferente do Fundo Constitucional do DF. Enquanto o primeiro é destinado a incentivos fiscais para investimentos privados, o segundo é voltado para o custeio de áreas vitais para a manutenção da capital do país.

Segundo Maciel, o FCDF deve ser comparado, por

analogia, ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, que está vinculado à receita da União.

Ele avalia que a proposta de mudar a lei do FCDF é preconceituosa e discriminatória e representa um ato contra a capital. É um ato discricionário contra o Distrito Federal , afirma. E acrescenta: O Distrito Federal será usado para financiar o ajuste fiscal .

Além disso, segundo Maciel, trata-se de uma medida inócua. É um ato fiscal pífilo. Não representa nada em relação ao Orçamento da União e muito para o Distrito Federal , enfatiza.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/70/05109-fundo-constitucional-df-esta-sendo-alvo-de-discriminacao-diz-everardo-maciel.html>

O DF está sendo alvo de discriminação

» ANA DUBEUX » ANA MARIA CAMPOS » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Anunciada como medida de ajuste fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está inserida de contrabando em projeto de lei que versa sobre outro assunto. O texto, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE) e de outros parlamentares, estabelece mudanças em lei, especialmente a 8.742/93, que trata de regras para controle dos benefícios dos programas de assistência social do governo.

Em meio ao texto, no artigo 7º, o projeto de lei insere uma alteração na Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Constitucional do DF. A proposta, defendida abertamente por Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que os repasses federais para a segurança pública, a saúde e a educação do DF serão corrigidos anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo. Atualmente o Fundo Constitucional é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União.

"Esse projeto é muito malfeito", afirma o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel. Na avaliação dele, a proposta encaminhada ao Congresso trata inicialmente de transferência de renda para pessoas, como benefícios.

"No meio disso, de repente, aparece o artigo sétimo, que trata do Governo do Distrito Federal. Isso aqui é claramente um jabuti." Segundo ele, "o artigo está aqui escondido".

"Então, o governo vai tentar passar como? Tratoração", critica.

Maciel considera que esse é um estratagema comum a quem pretende aprovar matéria sem chamar a atenção. "Aqui se recorreu a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco ardilosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível.

Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas", afirma.

O especialista em direito tributário era secretário da Fazenda do DF quando se discutia na capital do país

uma forma de dar autonomia financeira para que Brasília pudesse existir como centro político, administrativo e das representações diplomáticas no país. Em 2002, Maciel estava na **Receita Federal** quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.633/2002 e criou o Fundo Constitucional.

Desde então, houve muitas tentativas de reduzir os repasses federais. Mas nunca como agora, quando o corte é defendido pelo presidente da República, sob a justificativa de que o Fundo Constitucional do DF deve seguir as regras de correção do Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser criado para compensar as perdas dos estados em decorrência da **Reforma Tributária**.

Esse novo fundo, no entanto, segundo Maciel, tem natureza diferente do Fundo Constitucional do DF. Enquanto o primeiro é destinado a incentivos fiscais para investimentos privados, o segundo é voltado para o custeio de áreas vitais para a manutenção da capital do país.

Segundo Maciel, o FCDF deve ser comparado, por analogia, ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, que está vinculado à receita da União.

Ele avalia que a proposta de mudar a lei do FCDF é preconceituosa e discriminatória e representa um ato contra a capital. "É um ato discricionário contra o Distrito Federal", afirma. E acrescenta: "O Distrito Federal será usado para financiar o ajuste fiscal".

Além disso, segundo Maciel, trata-se de uma medida inócua. "É um ato fiscal pífilo. Não representa nada em relação ao Orçamento da União e muito para o Distrito Federal", enfatiza.

"Recorreu-se a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco ardilosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível. Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas" Everardo Maciel, ex-secretário da **Receita Federal**

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6714/05-12-2024.html?all=1>

Reforma Tributária: parecer de relator no Senado deve manter itens da cesta básica e ampliar cashback

O parecer da regulamentação da **Reforma Tributária** do senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto no Senado, deve seguir a maior parte do que foi aprovado na Câmara, incluindo a manutenção de itens da cesta básica, como carnes e queijos. O relatório será divulgada na segunda-feira.

De acordo com auxiliares que acompanham as negociações, as alterações de mérito feitas pelos deputados serão preservadas. A maior parte das modificações serão redacionais, com o objetivo de dar maior segurança jurídica a matéria.

Entre umas das poucas mudanças de mérito, Braga deve ampliar o alcance do cashback, a devolução dos **impostos** pagos sobre produtos para população de baixa renda. Hoje, o texto da Câmara prevê 100% de devolução de CBS na compra de botijão de gás, 100% para energia elétrica, água e esgoto e 20% de devolução nas demais compras.

A forma de ampliação não foi detalhada pelos interlocutores que participaram de encontros com o relator, mas o próprio Ministério da Fazenda chegou a cogitar o aumento no percentual de devolução para "demais casos", durante a tramitação na Câmara, o que não avançou na época.

Eduardo Braga e deputados que participaram do debate da **Reforma Tributária** na Câmara avaliam que mesmo com a manutenção de uma cesta básica maior, de devoluções e incentivos para a Zona Franca de Manaus, a alíquota padrão deve ficar menor do que o valor de 27,99% estimado pela Fazenda. Para eles, a diminuição da sonogação e do contencioso judicial nos primeiros anos de transição, entre 2026 e 2032, já devem levar a uma queda da alíquota para cerca de 25%.

O relator do Senado ainda irá afinar o texto final com deputados, antes da votação no plenário do Senado, para que o retorno da proposta à Câmara tenha uma tramitação rápida. Dessa forma, se acordado, os deputados aprovariam o novo texto do Senado, e não escolheriam o antigo da Câmara.

- Conversamos com ele e acreditamos que há

entendimento com o texto e os melhoramento do Senado. A tendência é acompanharmos esse texto. Se não concordarmos com algum dos termos, vamos trabalhar juntos para chegar com o texto redondo na Câmara e votar a versão do Senado em plenário - disse o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que faz parte do grupo de trabalho da Reforma na Câmara.

Cesta básica

No texto original do governo para a regulamentação, a cesta básica tinha 15 itens, entre eles: arroz, feijão, pão e leite. Os deputados acrescentaram carnes, queijos, todos os tipos de farinha, aveia, sal e óleo de milho, somando 22 itens.

Armas

A tendência do relator também é acatar emendas que solicitam a reinclusão de armas e munições no imposto seletivo, o que foi retirado em plenário pelos deputados.

Zona Franca de Manaus

O senador já sinalizou anteriormente que deve incluir no texto uma isenção de CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para o comércio na Zona Franca de Manaus. Hoje, o texto que veio da Câmara dos Deputados permite a isenção de CBS para quem está na Zona Franca e compra produtos de fora do local, mas não para a revenda local.

Braga explicou que se um produto for comprado por uma empresa da Zona Franca, de outras empresas de fora, a companhia consegue uma alíquota zero de CBS, mas se a mesma empresa que comprou com isenção for revender o produto dentro da Zona Franca, seria aplicado o imposto para o consumidor final. Para ele, isso pode causar uma distorção e levar consumidores a comprarem direto de empresas de fora da Zona Franca, pelo meio virtual, por exemplo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/06/reforma-tributaria-parecer-de-relator-no-senado-deve-manter-itens-da-cesta-basica-e-ampliar-cashback.ghtml>

Alimentação fora de casa pode ter aumento de 100% da carga tributária

A regulamentação da **reforma tributária** deve confirmar que o setor de alimentação fora de casa - constituído por estabelecimentos como bares e restaurantes - será beneficiado com uma alíquota menor (ainda a ser definida) em relação àquela que for definida como base para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, a ser criado. Entretanto, empresários e especialistas do setor não descartam um aumento da carga de **tributos**, principalmente durante o período de transição, que deve durar até 2033. Simulações apontam para incremento de até 100%.

Desse modo, há pelo menos duas preocupações: o aumento da carga vai representar o fim de margens de lucro, obrigando as empresas a repassarem esse impacto para o preço dos produtos. Consequência: um encarecimento das refeições para o consumidor final. É para esse cenário que a Associação Nacional dos Restaurantes (ANR) alerta, conforme as palavras do Diretor de Relações Internacionais da entidade, Rafael Cardoso.

"É isto que precisamos evitar: uma elevação no custo da alimentação fora do lar, porque isso impacta a vida das pessoas", adverte o especialista, explicando que comer fora de casa faz parte da rotina diária de milhões de trabalhadores. "No modo de vida contemporâneo, em grandes cidades, fica impossível a pessoa ir em casa na hora do almoço." Além disso, acrescenta, o food service está ligado também a outras atividades da economia, como o turismo - seja o de lazer, seja o de eventos.

O IVA dual será constituído pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), federal, que vai substituir PIS/Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser gerido por ente constituído por estados e municípios, e que vai ficar no lugar do ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A reforma cria ainda o Imposto Seletivo (IS), com alíquotas maiores para produtos tidos como prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Levantamento da ANR, divulgado quando a regulamentação da reforma passou pela primeira etapa (aprovação pela Câmara dos Deputados, em julho), com base em simulações, antevê risco de a carga tributária sobre o setor de alimentação fora de

casa até dobrar.

"As simulações consideraram a proposta de unificação dos **impostos** federais (PIS e Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) prevista na reforma. Nelas foi indicado que o imposto final da atividade ficaria entre 14 e 15%, desde a compra dos ingredientes, passando pela produção e até a entrega da refeição pronta. Hoje, a carga tributária varia de 7 a 8%", informa texto da entidade.

A ANR acrescenta: "Como a rentabilidade média do setor é de 10%, com a alteração dos **impostos**, os restaurantes praticamente ficariam sem lucro, precisando reajustar seus preços entre 15 e 20% de forma a sobreviver a este aumento de imposto".

O risco apontado pela associação que representa os restaurantes é confirmado por uma empresa desenvolvedora de sistemas de gestão especializados em atender empresas do food service, a ACOM Sistemas. Para o CEO da ACOM, Carlos Drechmer, a **reforma tributária** é necessária e bem-vinda, na medida em que desburocratiza o modelo tributário, ao simplificá-lo. Contudo, especialmente nos sete anos de transição (entre 2026 e 2033), além de essa simplificação não ocorrer, já que as mudanças vão coexistir com regras atuais, o aumento da carga tributária se mostra inevitável. "O setor vai sofrer nesse período", projeta.

Drechmer argumenta que, embora o food service, ao ter, como insumos, alimentos que contarão com isenção ou alíquota reduzida do IVA dual, ao mesmo tempo lida com itens possivelmente incluídos no Imposto Seletivo, de sobretaxação. O resultado dessa equação, além da complexidade para sua apuração, indubitavelmente levará ao aumento da carga, em relação à situação atual.

Para o consultor Claudinei Coiado Angel, sócio-diretor da VLC Consultores, os empresários do setor de alimentação fora de casa devem começar desde já a se preparar para o novo cenário. "Da mesma forma como ocorre atualmente, contar com um bom suporte tecnológico e muito bem parametrizado será fundamental para a adequada apuração dos **tributos**. Manter os cadastros atualizados e acompanhar o perfil da atividade do cliente na formação de custos poderá ser um diferencial importante", recomenda.

Pelo que está em andamento, observa o consultor, o pleito é por uma alíquota do IVA dual para o setor de bares e restaurantes reduzida em 60% da alíquota de referência do novo tributo. Ou seja, se o IVA dual ficar em 30%, para o setor a alíquota seria de 12%. "De acordo com o projeto [de regulamentação], inicialmente todo valor pago a título de IBS e CBS será compensado com os **tributos** tradicionais apurados atualmente. Dessa forma, nesse momento é importante a correta apuração e controle desses valores", orienta.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/alimentacao-fora-de-casa-pode-ter-aumento-de-100-da-carga-tributaria,314d1078409cd1898ea6c8b84b923401r2ptlrnw.html>

União pode arrecadar R\$ 1 tri com petróleo em uma década

Kariny Leal Do Rio

A União pode arrecadar R\$ 1 trilhão com contratos de petróleo nos próximos dez anos, de acordo com estudo da Pré-Sal Petróleo (PPSA). O montante considera a arrecadação com a venda do petróleo e gás e valores de royalties e **tributos**.

A PPSA é uma empresa ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME) que representa a União nos contratos de partilha do pré-sal. Projeções da estatal indicam que somente com a comercialização de óleo e gás os cofres públicos podem arrecadar R\$ 500 bilhões em 19 contratos nos campos de Mero, Atapu e Tupi.

Tabita Loureiro, presidente interina da PPSA, disse nesta quinta-feira (5), em fórum técnico no Rio, que a produção de petróleo da União alcançou os 100 mil barris por dia em outubro. Em janeiro, eram 53 mil barris por dia.

O estudo da PPSA considera diferentes cenários de projeções. No cenário mais provável, estima-se que de 2025 até 2034, os contratos de partilha terão produção acumulada de 6,6 bilhões de barris de petróleo. Desse total, a parcela acumulada da União será de 1,4 bilhão de barris.

A PPSA anunciou nesta quinta-feira o primeiro leilão de gás natural da União, que deve ser realizado no quarto trimestre de 2025. A estimativa é de que a União disponha de até 1,3 milhão de metros cúbicos de gás natural para ofertar ao mercado até 2027. As estimativas não consideram o fator de rendimento das UPGNs (unidades de processamento), o que significa que parte desse gás será transformada em GLP e líquidos. A produção é relativa aos contratos de partilha de Búzios, Sapinhoá, Sépia e Atapu, além da participação da União com área não contratada nos acordos de individualização da produção de Tupi e Atapu.

A companhia também confirmou que fará novo leilão de petróleo da União em 2025, com expectativa de vender 78 milhões de barris, referentes aos campos de Mero, Búzios, Sépia, Itapu e Norte de Carcará.

Conforme executivos da PPSA, o edital deve ser publicado em março de 2025.

Em julho deste ano, a PPSA arrecadou R\$ 17 bilhões com a venda de 37,5 milhões de barris de petróleo da União, superando a expectativa inicial de R\$ 2 bilhões. Loureiro afirmou nesta quinta que não há estimativa de arrecadação para o próximo leilão de óleo da União, mas deve ser considerada a expectativa de uma cotação de petróleo mais baixa em relação ao certame de 2024, quando a commodity era cotada próxima dos US\$ 80 por barril.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061?page=1§ion=1>

Governo fará campanha para divulgar isenção do IR

Fabio Murakawa De Brasília

O Palácio do Planalto prepara uma campanha publicitária para defender a reforma na tributação de rendimentos anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prevê a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil com tributação mínima de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil.

A ideia de fazer a campanha, segundo o Valor apurou, tem origem em pesquisas internas do governo que apontam que a proposta tem alto respaldo até mesmo entre quem classifica a gestão como regular ou ruim e péssimo. Também surge da percepção, inclusive entre aliados, que o Lula 3 é um governo "sem marca" e em meio a críticas de petistas de que o governo está comunicando mal suas ações.

Sob pretexto de defenderas medidas, as peças miram associar de maneira mais forte as medidas à gestão Lula, na tentativa de conquistar sobretudo simpatizantes entre a população que recebe entre dois e cinco salários mínimos.

Essa é uma faixa que resiste ao governo petista e é vista como fundamental para que o presidente se reeleja em 2026 sem grandes solavancos. É justamente nesse segmento da população que as pesquisas encomendadas pelo Planalto detectaram a maior aprovação à isenção do Imposto de Renda e à tributação dos que recebem mais.

A ideia é colocar a campanha em TVs, rádios e redes sociais tão logo esteja concluída a votação do pacote de cortes de gastos no Congresso, ainda em dezembro.

O anúncio da isenção do Imposto de Renda foi feito na semana passada de maneira conjunta com o plano de contenção de despesas.

O movimento do governo surpreendeu a classe política em Brasília, foi visto com desconfiança pelo mercado e levou à disparada do dólar, que pela primeira vez na história rompeu a barreira dos R\$ 6.

A avaliação de analistas é que a medida vai na contramão do ajuste nas contas, já que representa renúncia de receitas. A equipe econômica promete que a reforma será neutra do ponto de vista fiscal e

propõe compensar as perdas com aumento da tributação sobre os mais ricos.

Na sexta-feira passada, após a moeda americana disparar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a proposta do governo "não é pauta para agora" e que só será levada adiante "se houver condições fiscais" para tal.

"A questão de isenção de IR [Imposto de Renda], embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora e só poderá acontecer se, e somente se, tivermos condições fiscais para isso. Se não tivermos, não vai acontecer. Mas esta é uma discussão para a frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de **impostos**", afirmou Pacheco, na ocasião.

Em meio às resistências em relação à medida, o governo adotou a estratégia de enviar ao Congresso primeiro o pacote de corte de gastos, na esperança de vê-lo aprovado ainda neste ano.

O pacote de contenção de despesas inclui, entre outros pontos, novas regras para o salário mínimo, abono salarial e despesas com militares. A expectativa da equipe econômica é que as alterações garantam uma economia de R\$ 71,9 bilhões nos próximos dois anos, valor que chegaria a R\$ 327 bilhões no período de 2025 a 2030.

Na campanha publicitária, o Planalto também deve incluir peças para enfatizar a defesa da escola em tempo integral. A proposta encontra grande respaldo entre o eleitorado crítico ao governo, como o público evangélico. Portanto, faz parte da estratégia de ampliar o grupo de apoiadores da gestão petista.

O governo já vinha detectando essa tendência há meses. Não por acaso, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do corte de gastos, encaminhada ao Congresso na segunda-feira, possibilita em um de seus artigos até 20% dos recursos da União no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) sejam usados por Estados e municípios para o programa Escola em Tempo Integral.

Segundo o governo, 1 milhão de vagas nesse tipo de escola foram criadas em 2024. O dispositivo visa

acelerar a abertura de novas vagas. E a campanha, por sua vez, tentará reforçar que essa é uma marca do governo Lula.

A percepção no Planalto é que, quando o governo tem mais nitidez programática das suas próprias ações, consegue angariar apoio além da própria base política. E que pautas como combate a privilégios e à desigualdade encontram respaldo entre a população.

No caso da isenção do imposto de renda, a medida tem apoio até mesmo entre quem classifica o governo como ruim e péssimo. Esse segmento rechaça a tributação dos mais ricos, segundo captaram as pesquisas encomendadas pelo Planalto. Mas o governo mira os que o classificam como regular.

Com o país polarizado, a popularidade de Lula segue estagnada, de acordo com as pesquisas. O último Datafolha, divulgado em outubro, aponta que 36% dos brasileiros aprovam a gestão do presidente (ótimo/bom), ante 32% que o desaprovam (ruim/péssimo) e 29% que consideram o governo regular.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061?page=1§ion=1)**

Município negocia débitos com até 100% de desconto em multas e juros

Contribuintes aracajuanos que estão em débito com o município têm até o próximo dia 20 de dezembro para negociar seus passivos através da modalidade Transação Tributária. O instrumento concede descontos de até 100% em multas e juros levando em consideração o histórico con-tributivo de cada cidadão, analisando critérios estabelecidos pela legislação e publicados em dois editais de convocação, disponíveis no site da Secretaria Municipal da Fazenda.

No caso da transação ordinária, o valor do desconto é informado automaticamente; já para a extraordinária, é necessário aguardar a análise da PGM, e, posteriormente, acessar o boleto através do próprio sistema. Os atendimentos também ocorrem de forma presencial, na sede da Semfaz, agendando previamente no Portal ou pelo telefone 3179.1100.

"A transação tributária é um recurso justo, que contempla tanto a contribuinte pessoa física quanto jurídica, nas modalidades ordinária e extraordinária, contemplando débitos na esfera administrativa ou judicial. Um estímulo à regularização da situação fiscal, inclusive para os casos mais complexos, com grande risco", esclarece o secretário da Fazenda, Jeferson Passos.

Nas transações ordinárias o contribuinte recebe uma pontuação, de forma automática, a depender dos critérios que obedeça, como possuir débitos em um único exercício, de um único tributo, histórico de parcelamento, entre outros; o desconto vai variar entre 60% e 100% nos juros e multas. Já nas transações extraordinárias, é necessário anexar alguns documentos comprobatórios que seguirão para análise de uma comissão na Procuradoria-Geral do Município (PGM).

"Podem ser transacionados débitos de todos os **tributos** e taxas. A ressalva é quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) do atual exercício; neste caso, o contribuinte pode ter acesso ao desconto concedido através da modalidade, no entanto, não poderá parcelar o débito; o pagamento deve ser realizado à vista", informa o secretário Jeferson, lembrando, também, que a correção monetária para os casos de parcelamento seguirá a tabela price.

Adesão Cerca de 51 mil contribuintes estão aptos a aderir a modalidade de negociação de débitos. Para efetivar a transação é necessário acessar o Portal do Contribuinte, no endereço fazenda.aracaju.se.gov.br, clicando no banner na página inicial do site, e realizar um cadastro na plataforma. Com login e senha criados, o cidadão terá acesso aos débitos, pode simular o parcelamento - e solicitar o mesmo - ou emitir o boleto para pagamento à vista.

A economia real ignora humor do mercado financeiro - BRASIL EM FOCO

MARCÍLIO DE MORAES

A economia brasileira este ano está dando sinais de que tem força apesar das crises políticas e dos humores do mercado financeiro, ignorando ainda taxas de juros elevadas e câmbio acima de um patamar que seria razoável sem a especulação do mercado e a inação do Banco Central, que não realizou nenhum leilão, como em períodos anteriores, de dólares para baixar a cotação da divisa norte-americana.

E o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre de 0,9% sobre os três meses anteriores e de 4% em relação ao terceiro trimestre de 2023 - revela que o crescimento econômico este ano deve ficar próximo a 3,5% e, diferentemente de anos anteriores, com tração dos investimentos e da indústria de transformação. Em 12 meses encerrados em setembro, o Brasil registra crescimento econômico de 3,2%.

É preciso ver que a economia real, em alguns momentos, segue alheia aos humores e crise de má-vontade (leia-se ganhos especulativos) do mercado financeiro, que é sempre um indicativo e raramente uma certeza. No início do ano, economistas e analistas do mercado previam um crescimento de apenas 1,59% para o Brasil em 2024.

Mesmo com os juros em alta, a demanda doméstica continua aquecida, empurrada pelo desemprego baixo e salários subindo, o crescimento do crédito e o pagamento de benefícios sociais. O mercado interno aquecido puxa os setores de serviços e industrial, que crescem compensando problemas no segmento agropecuário. O campo brasileiro começa a se ressentir das mudanças climáticas.

O risco - no Brasil até o crescimento econômico parece ser um problema -, segundo o mercado financeiro é o aquecimento da economia baseado na demanda interna gerar pressões inflacionárias, o em parte justifica a elevação das taxas de juros para frear esse crescimento. Ocorre que é preciso observar que a expansão do **PIB** este ano está sendo sustentada também pelos investimentos, que representam melhorias na infraestrutura do país e aporte em projetos de expansão produtiva, o que significa elevar a oferta de produtos de consumo.

"A demanda doméstica tem crescido a um ritmo muito intenso, com alta acumulada em torno de 5,5% no ano. Com isso, temos visto o aumento das pressões inflacionárias" diz a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) ao comentar o resultado do **PIB** no terceiro trimestre. "Para mantermos esse ritmo de crescimento de maneira sustentável é necessário que o país tenha ganhos de produtividade, o que não estamos vendo" lembra a economista Cláudia Moreno, do C6 Bank. "Esse cenário leva a um aquecimento da economia para além da sua capacidade e torna o controle de preços mais desafiador".

O risco existe, a ele pode ser atenuado por uma maior oferta de alimentos no início de 2025 e também pela aprovação das medidas de contenção de gastos, que devem minimizar tensões do mercado - que continuará com má vontade - e diminuir o valor do dólar frente o real, o que, em tese favorece a contenção dos preços de itens importados e dos combustíveis. O fato que se espera ocorra até o fim deste ano, e que pode ser um marcador para 2025, é a aprovação pelo Congresso das medidas do governo para reduzir despesas. Pode ser um sinal para a economia real deixar de lado os humores do mercado.

TURISMO

R\$ 5,2 bilhões

É o movimento de cruzeiros no Brasil na temporada 2023/2024, com a geração de 80 mil empregos, além do impacto no comércio de alimentos e bebidas

GASOLINA MAIS BARATA

Levantamento da Edenred Ticket Logcom base nos preços das transações nos postos de combustível mostra que o da gasolina comercializada nos estados do Sudeste é o menor entre todas as regiões do país. Na média do Sudeste, o litro do derivado de petróleo é vendido a R\$ 6,14 no fechamento de novembro. O combustível apresentou estabilidade, enquanto etanol e diesel registraram aumento no mês.

MÍDIA DIGITAL

Líderem soluções com painéis de LED, a brasileira The LED anunciou a aquisição da Invian, empresa líderem sistemas tecnológicos integrados para

mercado de publicidade Out of Home (OOH), Retail Media e Digital Signage na América Latina. O negócio cria uma operação única com estimativa de valor da ordem de R\$ 100 milhões até o fim de 2026. O objetivo da negociação é acelerar o crescimento com a junção das empresas.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Intervir ou não intervir no câmbio? - CELSO MING

CELSO MING

Foi só a cotação do dólar saltar para acima dos R\$ 6,00 para que os intervencionistas de sempre pregassem mão pesada do Banco Central (BC) para derrubar as cotações na marra e, assim, matar no ovo um pedaço da inflação.

Não só o atual presidente, Roberto Campos Neto, como, também, o que vai tomar posse em janeiro, Gabriel Galípolo, se recusaram a atender à recomendação: "É uma discussão que às vezes surge, de que o País tem US\$ 370 bilhões em reservas, por que não segurar o dólar no peito? (...) Não é assim que funciona", disse o futuro presidente do BC.

No regime de livre flutuação cambial, como o adotado, o BC só intervém para evitar flutuações episódicas excessivas.

Quando, por exemplo, uma empresa tem de comprar grande volume de dólares para pagar uma dívida ou a compra de uma máquina, o Banco Central fornece a moeda estrangeira para evitar a pancada no mercado.

Os que recomendam o despejo de moeda estrangeira na praça cometem erro de diagnóstico.

Entendem que a forte demanda atual de dólares é fruto de especulação e não de uma perda de confiança na condução da política fiscal que leva empresas e pessoas físicas a se defenderem da desvalorização do real que viria com a inflação.

Ou seja, eventual derrame de dólares para aumentar a oferta não estaria atacando as causas da alta. Mais ainda, se a intervenção fosse eficaz e derrubasse a cotação, o mais provável é que, diante de um dólar mais barato, a procura aumentasse e tirasse força do movimento. Se isso acontecesse, viria uma segunda exigência: a de que o BC controlasse o fluxo (entrada e saída) de capitais. Bastaria uma decisão dessas para que grande volume de investimentos deixasse de vir para cá, porque nenhum bicho entra em buraco de que não possa sair. Seria artificialismo puxando por mais artificialismo.

Por aí se vê que o regime de livre flutuação do mercado de moedas (sempre sob supervisão da mesa de câmbio do BC) é um mecanismo de ajuste não só

do fluxo de capitais, mas, também, dos preços internos em reais.

Os mesmos que pedem canetadas no câmbio, em geral querem também a derrubada artificial dos juros, com o argumento de que, além de encarecer o crédito, juros altos aumentam a dívida pública.

Achatar os juros desta forma implicaria injetar mais moeda, o que, pelo mecanismo da oferta e da procura, puxaria a inflação para cima e desorganizaria a economia.

Não se trata de efeito da conspiração dos rentistas da Faria Lima. Trata-se da consequência das regras do jogo. Grande parte do crédito tem prazo longo de liquidação. Juros mais altos aumentam a conta dos devedores, inclusive a dos bancos que levantam dinheiro na praça para reemprestar aos clientes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Pacote era a última janela para sinalizar controle fiscal"

RENATA PEDINI EDUARDO LAGUNA

ENTREVISTA: Marcos Mendes, Mestre em Economia pela UnB, com doutorado pela USP; é pesquisador associado do Insper e consultor licenciado do Senado

Na esteira da reação negativa do mercado ao ajuste de gastos anunciado pelo governo, com subida tanto do dólar quanto dos juros futuros, o economista e pesquisador do Insper Marcos Mendes avalia que o pacote anunciado na semana passada evidenciou a falta de apoio político a um ajuste fiscal consistente no Executivo. "Era a última janela para o governo fazer uma sinalização em termos de controle fiscal", diz Mendes, para quem a estabilidade agora está nas costas do Congresso e do Banco Central (BC).

Qual é a sua avaliação sobre o pacote fiscal anunciado pelo governo?

O pacote deixou muito a desejar no controle da dívida pública.

Efetivamente, não reduz despesas, apenas abre um pouco de espaço para despesas discricionárias (não obrigatórias) nos próximos anos. Mesmo esse espaço que está abrindo é insuficiente.

O pior impacto desse pacote é que ficou claro que não há suporte político para uma política fiscal consistente dentro do Poder Executivo.

Era a última janela deste mandato para o governo fazer uma sinalização em termos de controle fiscal. Após mais de um mês de conversas dentro do governo, trouxeram um pacote muito insatisfatório, que deixou de fora, inclusive, medidas que estavam sendo cogitadas, como a reformulação do seguro-desemprego. Isso me traz a preocupação de perda de ancoragem da política fiscal, o que joga nas costas do Congresso e do BC a responsabilidade pela estabilidade macroeconômica.

Como ficam a imagem e a capacidade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de ancorar as expectativas do mercado?

Não gosto de ficar falando de personalidades. Digo que o governo, em si, saiu fragilizado.

Existe claramente um conflito dentro do governo, uma falta de orientação sobre por onde seguir e, sobretudo, uma descrença sobre a importância do equilíbrio fiscal. Atribuo que (o conflito) esteja também no Ministério da Fazenda. Acho um pouco caricatural essa imagem de que todo o governo quer gastar mais, e a Fazenda quer fazer ajuste fiscal. Tenho minhas dúvidas. Acredito que, mesmo dentro do ministério, entre as várias áreas da Fazenda, haja forte restrição a fazer um ajuste fiscal efetivo.

Por quê? Em razão do impacto do ajuste nos resultados do **PIB** no curto prazo?

Porque a mentalidade dos economistas e dos políticos do PT é conhecida de todo mundo.

Eles acreditam que a expansão fiscal gera mais **PIB** e que o crescimento econômico, por si só, paga o aumento do déficit, por gerar tanta arrecadação adicional que cobre o déficit. Sabemos que não é assim que funciona.

O impacto sobre o **PIB** é passageiro e, lá na frente, você tem uma deterioração da situação fiscal e da relação dívida/**PIB**.

O governo anunciou economia superior a R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos com o pacote. O mercado prevê menos. Qual é a sua estimativa?

Não cheguei a fazer contas, mas claramente as projeções do governo estão superestimadas.

Não foi trazida a público nenhuma nota técnica do Ministério da Fazenda com os parâmetros e metodologia dos cálculos. Lançaram os números, quem quiser que acredite; quem não acreditar, amém.

A tendência, então, é de o governo ter de anunciar contingenciamentos ou ter de flexibilizar a meta fiscal no ano que vem?

Mesmo que se concretizem os esperados R\$ 30 bilhões em redução de despesa obrigatória no ano que vem, vai ser bastante difícil cumprir mesmo o limite inferior da meta do ano que vem (déficit de 0,25% do **PIB**). O Orçamento veio com uma série de despesas faltando.

Além disso, não prevê, como não deve prever mesmo, qualquer verba para créditos extraordinários, mas sabemos que todo ano tem créditos extraordinários.

A média dos últimos anos dá algo como R\$ 20 bilhões em créditos extraordinários.

Colocando tudo isso na conta, minha estimativa é de que, mesmo com uma redução de R\$ 30 bilhões na despesa obrigatória, ainda vai precisar reduzir as discricionárias em algo como R\$ 30 bilhões ou R\$ 35 bilhões para poder atingir o limite inferior da meta.

Há espaço para reduzir as despesas discricionárias sem levar a uma paralisação de serviços públicos?

As discricionárias tiveram um aumento muito grande com a PEC da Transição, ainda há espaço para reduzir. Agora, com a baixa disposição do governo em fazer esse tipo de controle, não vai ser tarefa fácil.

O pacote assegura o cumprimento do arcabouço nos próximos anos?

O cumprimento do arcabouço fiscal se tornou irrelevante. Logo que o arcabouço foi lançado, escrevi com outros economistas que ele não era suficiente para estabilizar a dívida pública, e que o arcabouço tem uma contradição interna: tenta controlar a despesa, mas ao mesmo tempo estimula o crescimento de determinadas despesas, em especial aquelas vinculadas à receita, como os mínimos de Saúde e Educação. Mesmo com o arcabouço não sendo suficiente para controlar a dívida pública, o governo está tendo dificuldade em cumpri-lo e já lançou mão de uma série de artifícios para facilitar esse cumprimento.

Está sempre procurando uma manobra para gastar e não impactar o resultado primário.

Durante algum tempo, o governo conseguiu vender para a sociedade (a ideia de) que "olha, estamos fazendo um esforço fiscal para cumprir o arcabouço".

Hoje, já caiu a ficha de que cumprir o arcabouço não resolve o problema, porque a dívida pública está disparando.

- "Acho caricatural essa imagem de que todo o governo quer gastar mais, e a Fazenda quer fazer ajuste. Acredito que, mesmo dentro do ministério, haja forte restrição a um ajuste fiscal efetivo"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Avanço contra pobreza e miséria merece celebração (Editorial)

O Brasil registrou avanço significativo no combate à pobreza e à miséria, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2023, ambas caíram aos menores índices da série histórica iniciada em 2012. A proporção de pobres na população foi de 36,7% no ápice - período da pandemia - para 27,4%. A pobreza extrema, de 9% para 4,4%. Estimativas da FGV Social sugerem que a fatia de pobres e miseráveis na população nunca foi tão pequena. Como, apesar da queda, os contingentes ainda são enormes, o combate às duas chagas históricas não pode esmorecer. Para que a tendência se consolide, o governo precisará fazer bem mais do que tem feito.

Dois fatores foram responsáveis pelos resultados positivos. O primeiro foi a redução do desemprego. A desocupação caiu de 8,8% no primeiro trimestre de 2023 para 7,9% um ano depois. A massa salarial, descontada a **inflação**, cresceu 6,6%, e o rendimento médio subiu 4%. Para a população vulnerável, mais dinheiro no bolso é a diferença entre a pobreza e uma vida mais digna. Mas a previsão é que o crescimento econômico que embalou a geração de emprego e renda arrefeça.

O segundo fator responsável pela queda da pobreza e da miséria foram os programas sociais. As vésperas da eleição de 2022, Jair Bolsonaro aumentou o valor do Bolsa Família (na época Auxílio Brasil) para R\$ 600. Eleito presidente, Luiz Inácio Lula da Silva manteve o valor. Em 2019, os beneficiários do programa receberam R\$ 44 bilhões (em valores corrigidos). Quatro anos depois, R\$ 174 bilhões. Também houve crescimento de dois dígitos no benefício para idosos e deficientes de baixa renda, o BPC. A crise fiscal, porém, impõe limites à ampliação do orçamento dos programas sociais.

As projeções de crescimento da economia são declinantes justamente porque o governo se mostra incapaz de gastar apenas o que arrecada, sem contrair dívidas. A ganância sem lastro se manifesta em várias frentes, inclusive nos programas sociais. A ampliação permanente do Bolsa Família representou um impacto de R\$ 598 bilhões em dez anos. Não houve compensação por meio de redução de outras despesas nem aumento de receita. Não há como incrementar de forma sustentável a transferência de renda sem cuidar do equilíbrio fiscal.

O Brasil já gasta bastante em programas sociais. Somando Bolsa Família, abono salarial, seguro-desemprego e BPC, 3,2% do **PIB**. Numa comparação de investimento em proteção social feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que leva em conta também a Previdência, o Brasil se destaca. Isso já era verdade em 2010, quando destinava 10,55% do **PIB**. No ano passado, foram 13,28% - o dobro do gasto russo, sete vezes o argentino e 78 vezes o chinês. Como investe muito em proteção social, o Brasil deveria garantir a sustentabilidade dessa rede de proteção. Regras pouco realistas e injustas de reajuste precisam ser mudadas. Nos programas de transferência, o foco deve estar nos realmente pobres e miseráveis, para garantir sua eficácia. Por fim, é preciso assegurar educação de qualidade para todos, de modo a romper o ciclo de transmissão da miséria de uma geração a outra.

Com o tanto que o Brasil gasta, a queda na pobreza e na miséria deveria ser bem maior. Se adotar políticas adequadas, o país deixará os registros de pobreza e miséria nos livros de História.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara aprova mudanças no estatuto dos servidores

MARCOS FURTADO E ISABELLE RESENDE

Com um forte esquema de segurança e restrição do público nas galerias do Palácio Pedro Ernesto, a Câmara Municipal aprovou na noite de ontem, por 31 votos a favor e 15 contra, o projeto de lei que altera o regime jurídico dos servidores da prefeitura. Os principais artigos são o fim da licença especial para todo o funcionalismo e a alteração na contagem da carga horária dos professores, que hoje leva em consideração a "hora-aula" de 50 minutos. A partir de agora, os docentes que trabalham no regime de 40 horas passarão a ministrar 32 aulas de 50 minutos por semana. Até então, cada professor da rede aplicava 26 aulas. Esses são os pontos mais criticados pelos servidores.

- Foi uma vitória do Executivo. Eu defendi o fim da licença especial porque isso é uma distorção do serviço público. Metas e mérito devem

ser premiados e não o tempo de serviço - disse o vereador Pedro Duarte (Novo).

Durante toda a tarde e à noite, professores se reuniram do lado de fora da Câmara para acompanhar a sessão, já que a entrada nas galerias foi limitada, por imposição do presidente da Casa. A Polícia Militar fez um cordão de isolamento para evitar a entrada dos manifestantes no prédio.

-Não teve diálogo. A gente veio aqui para tentar chamar a atenção dos vereadores para questões primordiais da carreira, como a mudança na carga horária, por exemplo. A gente vai trabalhar mais ganhando a mesma coisa. Nosso salário está com 20% de defasagem em relação à inflação. Sem contar que há uma década nosso tíquete-refeição corresponde a R\$ 12 -disse a professora de Inglês Vitória Cristina do Nascimento Haddad.

Ao todo, os vereadores aprovaram oito emendas feitas ao texto original. Uma delas trata das licenças maternidade e paternidade durante o estágio probatório. Nesse caso, o tempo de estágio continua a ser contado.

LICENÇA PROPORCIONAL

Outra emenda estabelece um período de transição

para o fim da licença especial. O servidor terá direito à concessão da licença proporcional ao período de efetivo serviço, até a entrada em vigor da lei. E aqueles que estão prestes a se aposentar (a 24 meses) poderão fazer um acordo administrativo com a prefeitura para o recebimento da licença em pecúnia. O vereador Pedro Duarte explicou que essa indenização será paga em cinco parcelas e com um de-ságio de, no máximo, 20%. O detalhes desse acordo deverão ser regulamentados pelo governo.

O projeto seguirá para sanção ou veto do prefeito Eduardo Paes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento de 2025 prevê R\$ 600 milhões a menos para Educação

Lilian Venturini De São Paulo

No ano em que o Estado de São Paulo registrou queda em índices de desempenho da educação básica, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) previu para o próximo ano R\$ 600 milhões a menos do que o autorizado para 2024. A proposta orçamentária encaminhada para Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) prevê R\$ 32,8 bilhões para o ensino público. Se aprovada dessa forma, o valor ficará abaixo do destinado há um ano, considerada a correção pela **inflação**.

Em 2023, primeiro ano de governo de Tarcísio, foram destinados R\$ 31,9 bilhões para educação em 2024. Se corrigido pelo IPCA, o valor equivaleria hoje a R\$ 33,4 bilhões, abaixo, portanto, do que consta no projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano. O texto deve ser votado até dia 20 na Alesp, onde Tarcísio tem maioria.

Na semana passada, os deputados aprovaram uma proposta de emenda à Constituição do Estado (PEC) que autoriza a gestão a redirecionar até 5% de recursos da educação para saúde. Se o governo recorrer a esse expediente, serão R\$ 11,3 bilhões a menos para o ensino público em 2025, de acordo com estimativas da oposição.

Horas antes de a PEC ser aprovada, Tarcísio defendeu a proposta e rebateu as críticas. O governador reiterou que a transferência se justifica diante da redução do número de matrículas na rede pública e do aumento da demanda na saúde por causa do envelhecimento da população. "Não tem prejuízo nenhum. Tanto é verdade que ano que vem nós vamos ter o maior orçamento da história para educação", afirmou a jornalistas, durante agenda oficial em Mogi Guaçu.

O governo do Estado calculou R\$ 372,4 bilhões para o orçamento de 2025. Entre as secretarias com maior previsão de recursos, a Educação foi a única que registrou queda na comparação com o Orçamento anterior. Saúde terá R\$ 36,1 bilhões (13,5% a mais) e Segurança Pública, R\$ 20,5 bilhões (aumento de 2,5%).

Durante o debate da PEC na Assembleia, representantes da Secretaria de Educação afirmaram

que havia sobra de recursos. A afirmação foi contestada pela procuradora do Ministério Público de Contas (MPC-SP) Elida Graziane Pinto. "São mais de 5 mil escolas, muitas delas sucateadas (...), os meninos saem do 3-ano do ensino médio com conhecimento equivalente, por vezes, à sétima série do ensino fundamental em matemática. São deficiências injustificáveis para o Estado mais rico da federação", afirmou, durante audiência pública na Alesp, em novembro.

A rede pública do Estado registrou queda no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado em agosto. No ensino médio, numa escala de zero a dez, São Paulo alcançou 4,2 em 2023, ante 4,4 em 2021. À época, a secretaria afirmou que vem promovendo iniciativas para fortalecer a aprendizagem.

Deputados do PT, Psol e PSB, contrários à PEC, questionaram a razão de o governo não transferir recursos de outras áreas para saúde ou de reduzir o valor previsto em isenções fiscais, estimadas em R\$ 75 bilhões em 2025. Também questionaram a execução de parte do orçamento, por incluir nas despesas o pagamento de servidores inativos, o que, segundo a oposição, reduziria ainda mais a margem para investimentos na área. Os parlamentares pretendem questionar a legalidade da PEC na Justiça.

Para a presidente-executiva da organização Todos pela Educação, Priscila Cruz, é relevante analisar o orçamento para Educação e o desempenho do Estado na área ao longo dos anos.

Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, de 2024, elaborado pela organização, apontaram redução no valor investido por aluno em São Paulo. Em 2013, São Paulo tinha o quinto maior gasto entre os demais Estados e o Distrito Federal. Dez anos depois, o gasto paulista caiu para 11- posição, sendo ultrapassado por exemplo pelo Acre, Mato Grosso e Espírito Santo.

Outro indicador relevante é o percentual de alunos matriculados em unidades de ensino em tempo integral, atualmente em tomo de 28%, quando o ideal, segundo Cruz, seria ficar perto de 70% ou 80% - resultado próximo ao alcançado por Pernambuco e de países-membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na avaliação da presidente da organização, a mudança no orçamento paulista ocorre num momento em que o desempenho básico na área ainda não foi alcançado. "São Paulo tem uma condição [econômica] muito mais favorável do que outros Estados e, no entanto, São Paulo não tem sido o Estado com os melhores resultados educacionais. Enquanto não chegar perto de ter 70% ou 80% de alunos em ensino integral, não pode reduzir o investimento. Precisa melhorar o que já é investido? Sem dúvida. Mas não se faz muita mágica", afirma.

O projeto de lei do Orçamento de São Paulo ainda está em fase de tramitação na Alesp e já recebeu 29,2 mil propostas de alterações. Em nota, a Secretaria de Educação do Estado não explicou quais dados fundamentaram a afirmação do governador a respeito do orçamento previsto para 2025. Sobre a execução dos recursos, a pasta afirmou que a gestão tem adotado medidas de planejamento e mensuração do gasto para garantir a correta execução dos programas. "O resultado prático dessas medidas é a melhoria e ampliação de programas, como o das escolas em tempo integral. Em 2024,925 mil

estudantes estão matriculados em 2.332 escolas PEI [Programa Ensino Integral]. Em 2025, 65 novas unidades serão integradas ao PEI, ampliando para mais de 1 milhão o número de matrículas", diz o **comunicado**.

Sobre o gasto com inativos, o governo afirma não usar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para de despesas previdenciárias, como feito em gestões passadas. Em 2023, já descontadas essas despesas, o Estado diz ter aplicado 25,9% do Orçamento em educação, acima dos 25% exigidos pela Constituição Federal para a área.

De acordo com a secretaria, o Estado cumpre de forma rigorosa o repasse mínimo de 30% dos recursos para educação, até então previstos pela Constituição Estadual. A PEC recém-provada, afirma, apenas autoriza a gestão a remanejar 5% dos recursos "nos anos em que a arrecadação estadual tiver incremento expressivo".

"Precisa melhorar o que é investido? Sem dúvida. Mas não se faz mágica" Priscila Cruz

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061?page=1§ion=1>

Ibovespa avança 1,4% em dia de alívio

Bruna Furlani, Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira De São Paulo

A bolsa brasileira se destacou entre os ativos domésticos na sessão de ontem, em um dia marcado por um alívio técnico e pela expectativa dos investidores em relação à aprovação, no Congresso, dos projetos de corte de gastos. Diante disso, o Ibovespa encerrou em alta de 1,4%, aos 127.858 pontos. O câmbio também registrou valorização, com o dólar sendo negociado na maior parte do dia abaixo do patamar de R\$ 6, mas encerrando o pregão cotado a R\$ 6,0112, em desvalorização de 0,60%.

O desempenho mais positivo de boa parcela das ações de "blue chips" (companhias mais negociadas do índice) elevou os ganhos do Ibovespa na sessão de quinta-feira, com destaque para papéis de bancos. As ações do Itaú Unibanco subiram 2,14%, enquanto Vale avançou 0,82%. Já os papéis PN da Petrobras subiram 0,99% e as ações ON tiveram alta de 1,49%.

Para o gestor de renda fixa da Kínitro Capital, Maurício Ferraz, o alívio na sessão foi impulsionado por um movimento mais técnico de redução das posições de risco e pelo avanço na tramitação dos projetos de lei de ajuste fiscal. "Tem algumas questões que precisam ser resolvidas sobre as emendas parlamentares, mas não acho que isso impedirá o Congresso de aprovar os projetos. A repercussão seria ruim e os presidentes da Câmara e do Senado já declararam ser a favor de manter o arcabouço fiscal", diz.

O sócio e integrante da equipe de gestão de ações da Vinland Capital, Humberto Meireles, avalia que o alívio é reflexo de um mercado com pouca liquidez e mais "leve". Ele afirma que a casa já vinha com uma exposição menor em ativos domésticos e que reduziu um pouco mais depois da aprovação do pacote fiscal, ao mesmo tempo em que aumentou a alocação fora do país. "Tem pouca gente com risco. Poucos movimentos de mercado criam uma oscilação de preços que não necessariamente reflete o fundamento. A bolsa caiu significativamente nos últimos 45 dias, e um "rebound" [recuperação] não é suficiente para achar que a trajetória mudou", diz.

Embora defenda que o cenário para a bolsa local pareça "pouco interessante", o executivo diz que há oportunidades, como o Grupo Mateus. "É uma empresa mais exposta à baixa renda. As políticas de ampliação da isenção de IR [Imposto de Renda] são favoráveis, o desemprego está baixo e a inflação de

alimentos, acelerando. É um papel barato e com ventos favoráveis pela frente." Nos cálculos da Vinland, o Retorno sobre o Capital Investido (Roic) está acima de 15% e a ação negocia a 9 vezes preço/lucro. A casa também detém pequena exposição em Eletrobras. A empresa informou ontem que avançou nas negociações com o governo para colocar um fim ao processo movido pela União que contesta sua privatização. As ações ON fecharam em alta de 4,02%, enquanto as PNB avançaram 3,44%, na liderança entre os maiores ganhos do Ibovespa.

No mercado de câmbio, a sessão foi marcada pela desvalorização global do dólar, o que acabou se refletindo no mercado local. Operadores mencionaram um ajuste de posição dos investidores globais às vésperas da divulgação dos dados de emprego dos Estados Unidos.

Um "trader" de câmbio de um grande banco internacional diz que o real se beneficiou de seu preço mais baixo, dada a forma como a "moeda derreteu" nas últimas semanas. "O mercado está cauteloso e tentou se movimentar mais nesta quinta, mas creio que com uma convicção de melhora mais limitada", diz.

O trader de câmbio Rodrigo Cabraitz, da Principal Claritas, diz que ainda que os projetos do pacote fiscal sejam uma prioridade neste ano, não se sabe de que forma eles serão aprovados. "Fica a dúvida se vai ter uma profundidade na discussão ou se vai ser algo mais rápido, a toque de caixa. A impressão é que vai ser algo mais célere. E, nesse cenário, é difícil ficar com posições estruturais grandes, apostando a favor dos ativos brasileiros." Para voltar aos níveis de R\$ 5,70 a R\$ 5,80, em que o dólar estava antes do estresse com o pacote fiscal, é preciso que o investidor estrangeiro ou local dê o benefício da dúvida para o governo, diz Cabraitz. "O estrangeiro pode até vir para o real por conta de um "carry" [carregamento] do diferencial de juros maior, mas há o estrutural pior que limita isso", diz. "Já no caso do investidor local, o nível de pessimismo é grande, creio não ter visto isso antes em tempos recentes." O trader da Claritas afirma, ainda, que o câmbio era a única variável em que o investidor local vinha apostando a favor ou ficando mais neutro. "A bolsa já não estava tão atrativa por conta dos juros altos. Nos mercados de juros havia muito prêmio de risco embutido. Já o câmbio era um pouco mais favorável, e se o fiscal fosse encaminhado bem, era onde se poderia ter proteção", diz. "Mas agora houve uma depreciação rápida do real, e para

recuperar isso é preciso ter a aprovação de medidas mais estruturais de cortes de gastos já que a tolerância dos investidores está baixa." Os juros futuros destoaram e avançaram ao longo de toda a curva a termo. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 aumentou de 14,12%, do ajuste anterior, a 14,19%; e a do DI de janeiro de 2031 terminou em leve alta de 13,935% a 13,95%.

A menos de uma semana da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), os investidores reduziram a aposta em uma alta de 1 ponto percentual da taxa Selic, que está agora em 40%. Com isso, o mercado está dividido entre aceleração nessa magnitude e um movimento menos agressivo, de 0,75 ponto, segundo o mercado de opções digitais do Copom.

R\$ 6,01 foi o patamar de fechamento do dólar comercial ontem

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

Ativos antecipam deterioração da economia, dizem gestores

Adriana Cotias De São Paulo

Embora as condições macroeconômicas do Brasil mostrem números ainda favoráveis, o país perdeu nas últimas semanas o "benefício da dúvida" e deve ser forçado a trabalhar com taxas de juros mais altas para recuperar a confiança dos investidores. Segundo Thornas Wu, economista-chefe da Itaú Asset, essa combinação deve levar a Selic para a casa dos 15% ao ano, dos 11,25% atuais. O IPCA previsto para 2025 é de 6%, o dobro da meta perseguida pelo Banco Central.

O dólar, que no início do ano estava cotado abaixo de R\$ 5,00 e superou os R\$ 6,00 recentemente, também é fruto dessa quebra de confiança. "Não é que o Brasil era um país solvente e agora esteja quebrado, mas no subjetivo sofreu os custos dos eventos das últimas semanas", disse Wu ao participar de evento da Itaú Asset.

Na tentativa do governo colocar o arcabouço fiscal de pé, em vez de um programa de corte de gastos que recuperasse a confiança, veio um "baita corte de imposto para uma faixa da população com propensão enorme a consumir, num contexto de **inflação** alta, muito desancorada", disse Mariana Dreux, gestora do multimercado Itaú Yield Plus. "A gente está vivendo uma crise de desconfiança fiscal e o meu receio é que passe a viver paralelamente uma crise de desconfiança monetária." Ao longo do ano, ela comentou que o maior resultado do fundo veio das posições pessimistas em Brasil, apostando em juros mais altos e num real mais depreciado. "A gente está tentando examinar eventos mais agudos, porque eu não tenho garantia de que, se alguém chegou na beira do precipício cinco vezes e não caiu, que ela nunca vá cair", disse. "A gente está com esse olhar realmente de caudas (de eventos extremos), tentando não se prender muito a um cenário de normalidade, porque eu acho que desde a implementação do Plano Real, o Brasil está num dos momentos mais críticos." O plano de estabilização monetária completou 30 anos, mas o Brasil ainda não roda com **inflação** e juros baixos, disse Wu. Tem **inflação** mais controlada, foi uma vitória, mas não consegue ter uma Selic menor. "É um paciente que saiu da UTI, até do hospital, mas precisa de doses cavalares de antibiótico e isso tem efeitos colaterais na saúde", comparou Wu. Ele ressaltou que "a versão atual do arcabouço é inconsistente

internamente". Com gastos crescendo mais do que as receitas, a estrutura colapsa.

Os investidores que financiam o Brasil e compram títulos públicos seja no Tesouro Direto, via fundos, ou o estrangeiro que administra um fundo de pensão, começam a duvidar da capacidade do governo de pagar suas obrigações, comentou Wu. "Justo ou injusto, se a pessoa desconfia que vai ter mais **inflação**, ela se protege, vende pré, compra pós e pressiona a **inflação** implícita, se protege no dólar." Num primeiro momento, isso tem efeitos sobre os ativos, mas se a confiança não é resgatada, começa a ter custos reais para a economia.

Sem demonizar subsídios, Wu disse que a política monetária perde potência diante de estímulos fiscais e parafiscais. Outro fator que tem contribuído é o volume gigante de emissão de dívida privada, compensando eventual contração do crédito bancário. Com a Selic a 15%, o **PIB** poderia desacelerar de 3,6% neste ano para 2,6% em 2025.

Quando se compara o mundo pré-pandemia e aquele que emergiu da crise sanitária, Dreux comentou que os governos têm encontrado dificuldades para tirar os programas de transferência de renda que usaram para auxiliar empresas e famílias. O Brasil está inserido nesse contexto.

"Não por acaso a gente tem colhido ritmos de crescimento das economias globais muito mais fortes do que se esperava e um nível de **inflação** muito mais forte do mundo inteiro, incluindo as economias desenvolvidas que experimentaram **inflação** mais alta em 40 anos", lembrou a gestora. "Se antes tinha juros reais negativos nos Estados Unidos, nas economias desenvolvidas, agora tem um juros real gordinho por lá e o Brasil tem que competir com isso." Nesse relativo, a situação fiscal tem sido avaliada com lupa.

Com um impulso fiscal concentrado no primeiro semestre, não foi surpresa o juro real brasileiro ter superado os 7%, disse Bruno Serra, ex-diretor de política monetária do BC, hoje à frente dos multimercados da família Janeiro. "Num gasto público que cresce acima de dois dígitos, acima da **inflação**, é claro que não era suficientemente restritivo", afirmou. Ele acrescentou que será surpresa se o juro real implícito na curva, de 9%, não fizer efeito com um

gasto fiscal primário que deve crescer perto de zero real no segundo semestre até o fim do ano que vem.

Bruno Back, gestor da família Itaú Artax, disse não ter convicção de que uma Selic em 15% será suficiente para levar a **inflação** para perto da meta de 3%. Se por um lado há desaceleração dos gastos do governo federal, por outro há despesas para fiscais e governos estaduais pressionando a conta. Se hoje o mercado projeta um IPCA de 4,5% para 2024 no Focus, ele acha que rapidamente vai migrar para os 5%. Ele prevê 6%. "Eu tenho uma certa preocupação desse número ser até mais alto, dado o choque cambial que teve neste ano."

"País vive uma crise de desconfiança fiscal e o receio é que passe a viver uma crise de desconfiança monetária" Mariana Dreux

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

Fundos de crédito têm primeiro saldo negativo em 18 meses

Liane Thedim Do Rio

Depois de vários meses de captação recorde, os fundos de crédito privado tiveram em novembro o primeiro saldo negativo em 18 meses. Segundo relatório da área de pesquisa do Banco ABC Brasil, os saques superaram os depósitos em R\$ 5 bilhões, sendo que a última quinzena do mês concentrou a maior parte do resultado, com resgates líquidos de R\$ 8,8 bilhões.

No ano, porém, a captação líquida ainda apresenta números grandiosos e chega R\$ 315 bilhões na amostra - o banco acompanha 2.002 fundos, com RS 2,17 trilhões de patrimônio líquido. A última vez em que o crédito privado teve captação negativa foi em maio de 2023, em meio à crise gerada pela descoberta do rombo no balanço da Americanas e pelo pedido de recuperação judicial da Light.

Os fundos de infraestrutura, por sua vez, tiveram captação líquida de apenas R\$ 5,5 bilhões, metade dos cerca de RS 11 bilhões vistos entre julho e outubro. Na conta do ano, também mostram ótimos resultados, com captação líquida de RS 100,1 bilhões, na amostra acompanhada pelo banco de 1.051 fundos, que somam um patrimônio de RS 156,7 bilhões.

Para Victor Ary, sócio e gestor de crédito da Novus Capital, os ganhos crescentes dos fundos de crédito começaram a chamar a atenção ainda no ano passado, depois que a tensão causada pela crise de Americanas e Light diminuiu. Além disso, a taxa dos fundos fechados exclusivos ou restritos e a mudança de regras para emissão de LCIs, LCAs, CRIs e CRAs levaram a uma migração para a classe.

"O fluxo continuou e alongou o ciclo de fechamento de spreads [prêmios de risco pagos pelos emissores acima da NTN-B ou do CDI, dependendo do tipo de título], que chegaram a um patamar abaixo do qual já não era mais possível cair", diz. Como não há gatilho que puxe esses spreads para cima, prossegue ele, os fundos não conseguiram mais chegar aos fortes resultados dos últimos meses, o que pode ter causado frustração.

O gestor, porém, diz que o movimento de saída é natural, não as- susta, e não vê motivo para ele se

estender. Ary entende que pode estar havendo uma seleção de investidores. "Os que olham o mandato ficam, e saem os que foram atraídos pelos desempenhos altos, que eram movimentos pontuais." Guilherme Almeida, especialista em educação financeira da Su-no Research, diz que a redução dos spreads pode ter levado investidores a avaliarem se valia correr o risco do crédito privado, em vez de obterem remuneração maior com títulos públicos, principalmente NTN-Bs, que vêm dando retorno de IPCA mais 7% ao ano.

"Esses spreads muito baixos também podem eventualmente não cobrir os custos operacionais dos fundos, o que acaba levando muitos gestores a fecharem para captação", acrescenta. De acordo com Almeida, 2025 vai continuar sendo um bom ano para a renda fixa em geral. "Não acredito que isso vá definir uma tendência de captações líquidas negativas." Em evento da Itaú Asset, a superintendente de crédito privado da gestora, Fayga Czerniakowski Delbem, disse ontem que o crédito privado "conquistou de forma definitiva um pedaço da carteira dos investidores, inclusive pela baixa correlação com outras aplicações." Mas alertou que a seletividade vem sendo cada vez mais importante diante dos baixos spreads.

Já o setor de infraestrutura continua atrativo em 2025, segundo ela, mas com risco de volatilidade. "O investidor tem que estar ciente que vai ter impacto tanto pela **inflação** quanto pelo prazo mais longo que o setor demanda." No relatório, o chefe da área de pesquisa do ABC Brasil, Roberto Dumke, destaca que observou desaceleração também nas emissões de títulos de crédito, que tiveram o menor volume desde fevereiro deste ano, com um total de R\$ 40,6 bilhões, menos da metade de outubro (R\$ 83,5 bilhões) e um pouco abaixo do patamar visto em agosto (R\$ 43,1 bilhões) e setembro (R\$ 44,5 bilhões). O percentual distribuído a mercado, prossegue o texto, caiu de 68% no mês anterior para 60%, mostrando menos apetite por esses papéis.

Diante desse cenário, diz Dumke, os prêmios de risco não sofreram alterações expressivas, com as debêntures pagando cerca de 201 pontos-base acima do CDI, em média, frente aos 202 de outubro, enquanto as incentivadas negociaram na faixa de 32 pontos-base acima da NTN-B, abaixo, portanto, dos 40

pontos-base de outubro.

"O investidor tem que estar ciente do impacto da **inflação** e do prazo mais longo que o setor de infra demanda" Fayga Delbem

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

O que temer em segundo mandato de Trump? - PALAVRA DO GESTOR

Evandro Bertho é sócio e fundador da *Nau Capital E-mail*
evandro.bertho@naucapital.com.br

Os mercados oscilam constantemente entre pânico e euforia, como um pêndulo que tende aos extremos. O "negativity bias"-nossa inclinação a focar em eventos negativos - amplifica essa dinâmica. Com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a máxima de que "o medo vende" ganha força: as manchetes abordam riscos como deportações em massa, fechamento total das fronteiras, interferência na política monetária, guerra comercial e medidas autoritárias, como censura e controle da mídia. Fato é que devemos esperar um governo Trump com menos restrições do que em seu primeiro mandato. Trump possui hoje mais voz dentro do Partido Republicano, está mais experiente, maneja melhor as engrenagens do jogo político, e a maioria republicana no Legislativo reforça sua capacidade de influência.

Proponho analisarmos alguns dos pontos de possíveis consequências econômicas, começando pela interferência no banco central americano. Lembremos de partida que não há instrumento legal para que Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, seja demitido sem causa justificada ("for cause") ou tome decisões alinhadas às ambições de Trump. O Fed foi desenhado para ter independência política, justamente para evitar interferências.

Uma estratégia plausível, no entanto, para influenciar o processo de tomada de decisão do Fed, poderia ser a pressão pública. Alguns analistas argumentam que Trump, em 2018, devido à sua comunicação hostil em relação a Powell, teria sido um fator determinante para as decisões do Fed em 2019. Pode ter sido apenas uma coincidência temporal, mas o episódio serviu como alerta sobre os riscos de comprometer a independência do banco central, prejudicando a credibilidade da instituição. Trump deveria estar ciente dos riscos, porque a independência do Fed é um dos pilares que sustentam o dólar como moeda de reserva, um tema amplamente discutido nos dias de hoje.

E quanto à questão imigratória, como o risco de uma deportação em massa? Dados indicam que deportar 1,3 milhão de trabalhadores poderia elevar a **inflação** em 1,3% em três anos e reduzir o **PIB** em 2,1%. Assusta, mas é pouco provável que uma iniciativa em larga escala tenha sucesso, devido à óbvia dificuldade

logística e ao impacto na produtividade, já que muitos imigrantes são fundamentais para a força de trabalho, especialmente na agricultura, construção civil e serviços. Setores organizados, certamente, ofereceriam significativa resistência política à iniciativa.

Uma "reforma migratória", no entanto, é amplamente defendida nos EUA, com foco principal nos imigrantes ilegais, frequentemente vistos como uma ameaça econômica e social. Nesse sentido, especialistas defendem que esse contexto pode provocar maior dificuldade de entrada nos EUA, medidas para dificultar a permanência de imigrantes ilegais e rigidez no controle das fronteiras.

Finalizo com breves comentários sobre possíveis novas tarifas, ou a também chamada guerra comercial, que talvez seja a pauta mais concreta e conta com certa aceitação em ambos os partidos. Esse é um assunto com impactos diretos e indiretos no Brasil. Se, por um lado, podemos ser alvo de tarifas adicionais, que afetariam nossa pauta exportadora, por outro, a agenda tem como principal alvo a China, nosso maior cliente. Com uma China mais fraca, sofreremos por aqui.

O objetivo de impor novas tarifas é proteger as empresas nacionais da concorrência estrangeira. A economia de mercado, no entanto, funciona como uma vasta treliça global, onde cada país se especializa naquilo que faz de melhor, e quanto maior o incentivo à troca livre, melhor para todo o ecossistema. Aumentar tarifas significa prolongar a existência de empresas ou setores locais ineficientes, pois os concorrentes estrangeiros, que produzem de forma mais eficiente e barata, são impedidos de competir devido às barreiras tarifárias. Esse cenário, por sua vez, eleva a **inflação**, reduz a produtividade e enfraquece o dinamismo do capitalismo americano.

Não é simples resolver o desrespeito à propriedade intelectual, a manipulação cambial e os subsídios da China às suas indústrias. Minimizar a complexidade de tais questões seria ingenuidade, mas é importante denunciá-las por meio de tarifas - uma prática antiga, que, além de penalizar o consumidor americano, compromete ainda mais a identidade outrora libertária dos EUA.

E sobre o seu portfólio? Sem entrar em muitos

detalhes, preciso te lembrar que a bolsa americana sobe 25% e o dólar sobe 20% no ano. Que tal? Entra governo, sai governo, e os bons ativos não saem de moda. Compre dólar e invista no S P 500 de forma consistente; Trump ou qualquer outro presidente terá pouca (ou nenhuma) capacidade de impedir o efeito multiplicativo de se investir na economia mais dinâmica dos últimos séculos, que lidera a inovação e o crescimento global.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

Lições do varejo para aplicar na reforma - OPINIÃO JURÍDICA

Bruno Borges e Mareia Balsa são, respectivamente, doutorem Direito Constitucional pela PUC-SP e mestre em Direitos Humanos pela Universidade do Minho (Portugal) e responsável pela área de relações institucionais e comunicação na Locatelli Advogados; e graduada em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.com MBA em Gestão Tributária na Universidade Cândido Mendes e superintendente tributária das Lojas Americanas

A **reforma tributária**, iniciada pela Emenda Constitucional (EC)nº 132/23, provocará distintos impactos nos diversos setores da economia brasileira em decorrência das expressivas alterações realizadas no sistema tributário nacional. Um dos setores mais atentos às novas alterações e que vem esperando ansiosamente a instrumentalização da **reforma tributária** é o varejo nacional, que apresenta diversas características que refletem tanto as particularidades econômicas quanto sociais do país.

O varejo é uma importante fonte de emprego e geração de renda no Brasil, mas ao mesmo tempo é um setor suscetível a crises econômicas, flutuações de consumo e mudanças na **inflação**. Por isso, a **reforma tributária** está sendo acompanhada de perto, pois cada regulamentação será decisiva para o desenvolvimento do setor no país.

Para isso, pontos de atenção precisam ser imediatamente avaliados por cada integrante do setor para o enfrentamento com robustez dos próximos anos de implementação.

O primeiro a ser observado é o planejamento tributário. A área tributária estratégica tem que ser protagonista e parceira do negócio para sempre alcançar o máximo de eficácia tributária possível com a rentabilidade de retorno.

As estratégias tributárias, que há muito tempo deixaram de ser um centro de custos e despesas para se tornarem um centro de lucros e resultados, terão papel decisivo para a formação de preços competitivos que irão favorecer a comercialização desses produtos para o consumidor final.

Investir na análise e na avaliação da operação e de todo o negócio e identificar os impactos dentro da realidade que já está posta na análise dos projetos de leis são algumas das medidas que podem ser tomadas

neste momento. O varejo terá que entrar profundamente na operação para entender os impactos da nova carga tributária.

Outro ponto importante é a antecipação frente ao início do processo de transição, que já começa em 2026 com dois sistemas tributários funcionando simultaneamente. O varejo precisa se preocupar com a reforma num nível muito mais elevado, são muitos estabelecimentos, são inúmeras obrigações acessórias e guias de pagamento por mês, e milhões de documentos fiscais emitidos todos os dias. É uma volumetria muito grande que exigirá do varejo uma resposta de adaptabilidade muito rápida frente a cada regulamentação aprovada. Esse processo de operacionalização para o varejo é muito pesado e será desafiador.

Todo o período de transição até 2033 será um momento de extrema atenção, além da volumetria natural se somará a difícil tarefa de manter-se com dois sistemas tributários e suas estruturas, em um cumprimento de um compliance peculiar.

Outra parte extremamente relevante é a de tecnologia empregada na nova sistemática tributária, que vai desde a emissão de documentos fiscais eletrônicos até a implementação do split payment, na qual todas as operações financeiras realizadas vão passar por uma instituição bancária com imediata retenção dos **impostos** para o ente arrecadatório. Essa nova forma de pagamento dos **tributos** é um modelo altamente sofisticado, que vai exigir altas tecnologias e inovação.

Teremos uma mudança radical na forma como se apuram os **impostos**. Para o crédito um regime de caixa e para o débito um regime de competência, o que irá gerar um controle muito delicado e complexo de ser feito pelo varejista. Estamos diante de um compliance ainda não existente na área tributária.

Outro ponto são os créditos acumulados de **impostos**, pois o varejo é o fim da cadeia, o que faz com que o setor concentre toda a carga tributária. Historicamente o varejo é conhecido por ter créditos acumulados de PIS e Cofins e de ICMS-ST. Segundo o Projeto de Lei Complementar nº 68, o saldo dos créditos homologados do ICMS serão compensados com o IBS em até 240 parcelas, o que corresponde a 20 anos para realizar a compensação. Isso é muito

preocupante porque hoje os varejistas compensam esse valor direto, tendo-o como caixa da empresa. Nesse caso, o setor precisa buscar rapidamente a monetização.

Enfim, reforça-se que as estratégias tributárias, em especial as judiciais, são condições de existência do varejo, sobretudo pelas particularidades operacionais e de atuação no Brasil. O setor, com toda a carga tributária e a imperfeição da não cumulatividade do atual sistema, precisou ter um jurídico tributário atento que atuasse no polo ativo na discussão de teses estratégicas para o setor.

O atual sistema tributário no Brasil tem uma série de lacunas e assimetrias, que foram observadas por muitas empresas do setor quando do seu posicionamento em teses tributárias. Muitas dessas empresas tiveram impactos positivos na ordem de bilhões e como consequência ampliaram suas margens. As estratégias de contencioso ativo certamente irão continuar acontecendo também no novo sistema tributário pelos questionamentos e imperfeições que já estão surgindo.

O varejo brasileiro sempre esteve em sucessivos movimentos e sempre precisou constantemente se reinventar. Com a **reforma tributária** não será diferente, continuará incansável para assegurar ao consumidor a oportunidade de comprar os produtos que desejar e permanecerá defendendo a correta tributação e arrecadação no novo sistema tributário.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

A função da redução da jornada de trabalho - COLUNA SOCIAL

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

O projeto de emenda constitucional que reduz a semana de trabalho de seis para quatro dias, apresentado pela deputada federal Erika Hilton, em vez de um debate sobre o que é de fato a questão social do trabalho na economia moderna e na perspectiva das carências extraeconômicas dos trabalhadores, gerou uma celeuma unilateral sobre os prejuízos dos empregadores.

O Brasil adotou a jornada de oito horas de trabalho em 1908, há 116 anos portanto, para atalhar os imensos abusos que havia em nossa indústria nascente: sete dias de trabalho por semana, 12 horas por dia, sem distinção entre homens e mulheres nem entre adultos e crianças. Os mestres de seção de fábrica ainda se achavam no direito de bater nas crianças operárias para discipliná-las.

Na verdade, no campo e na cidade, o trabalho livre proclamado em 13 de maio de 1889 chegara até nós impregnado de sobrevivências da escravidão apenas lentamente abolida. Regulada por uma sucessão de etapas, como a do *Ventre Livre* e a dos *Sexagenários*.

Mesmo na formação do proletariado industrial, o capitalismo brasileiro tem recorrido a técnicas sociais do que é de fato extensão disfarçada da jornada de trabalho.

No golpe de 1964, a jornada de trabalho foi um dos alvos não confessados. Isso foi ficando evidente lentamente. A economia voltada para dentro foi sendo substituída pela orientação liberal e a economia voltada para fora. Para o crescimento econômico sem desenvolvimento social.

O nacional-desenvolvimentismo anterior ao golpe pressupunha a ampliação do mercado interno, o desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Uma figura referencial dessa política foi Celso Furtado, que fez o doutorado em Cambridge com Joan Robinson, que fora assistente de John Maynard Keynes, pai da teoria da renda e do emprego.

De certo modo, Furtado dava sentido à ideologia econômica de um fundador da Fiesp, Roberto Simonsen, professor de história econômica na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Com a ditadura e o liberalismo de Roberto Campos, implantou-se aqui uma economia que reduzisse a relevância do salário, mas não, no mesmo ritmo, a relevância do trabalho na produção. Que reduzisse o risco político de uma classe operária organizada. O objetivo foi o de baratear o trabalho e amansar o trabalhador por meio da repressão política.

Essa fase da história do trabalho no Brasil foi conhecida como a do "arrocho salarial". O arrocho não foi apenas o da redução dos reajustes salariais em níveis inferiores ao do crescimento da **inflação** e dos preços. Os trabalhadores de regiões como a do ABC, por essa época, diziam da situação adversa: "cada vez mais sobra mês no fim do salário".

Importante e respeitada instituição de pesquisa e estudos sobre as relações de trabalho, o Dieese, de São Paulo, constatou então que em relação à situação salarial do regime anterior, quando um operário sustentava uma família, agora eram necessárias duas pessoas de uma mesma família para sustentá-la.

A proporção do salário no capital caíra, as empresas comprando duas jornadas de trabalho por pouco mais do que o preço de uma. Disfarçada-mente a jornada dobrou. A proporção do dispêndio com força de trabalho tornou-se menor do que a do dispêndio com equipamentos, edifícios e matéria-prima. O capitalismo brasileiro passou a funcionar como se fosse moderno, ao se tornar de fato atrasado.

Quando comecei a trabalhar em fábrica, em 1950, a jornada era de oito horas, seis dias por semana. Quando passei para uma fábrica maior e mais moderna, a jornada era de cinco dias e meio de oito horas por dia. Quando ingressei na USP, trabalhava numa empresa de jornada de oito horas, cinco dias por semana. Nenhuma das empresas ficou pobre por isso.

Somos um país em que ainda há trabalho escravo na formação de capital originário de empresas ou que asseguram lucro extraordinário para grandes empresas. Portanto, um capitalismo atrasado que só por imitação e fingimento se parece com o capitalismo dos países ricos. Um capitalismo irracional e mal administrado que enxuga o mercado e mata sua própria prosperidade.

A questão não é liberar o trabalhador apenas para a família e para a religião, como alguém argumentou. A redução da jornada não tem sentido sem uma política de administração do tempo livre obtido com essa inovação. A novidade seria, como aconteceu nos países cultos e desenvolvidos, liberar os trabalhadores para si mesmos.

A questão é ocupar o tempo livre da nova jornada resultante com atividades culturais, como a música, o teatro, a literatura, a arte, o cinema. As atividades que saciam nossa fome secular de saber e nos libertem da ignorância que nos barateia e nos oprime.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188061>

Acordo UE-Mercosul pode ser fechado hoje

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou ontem que a conclusão do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) "está à vista". A dirigente também confirmou presença na cúpula do bloco sul-americano, que termina hoje em Montevideu, no Uruguai, o que foi interpretado como sinal de que o anúncio da conclusão das negociações é iminente, apesar das resistências, sobretudo de agricultores franceses. A confirmação deve sair ainda hoje.

"Pousamos na América Latina. A linha de chegada do acordo UE-Mercosul está à vista. Vamos trabalhar, vamos atravessá-la. Temos a oportunidade de criar um mercado de 700 milhões de pessoas", anunciou Von der Leyen em uma rede social.

A presença de Von der Leyen no Uruguai não estava prevista no início da semana. O porta-voz da Comissão Europeia, Olof Gill, disse que a mudança indica que os problemas técnicos foram resolvidos e o caminho está aberto para que "o mais alto nível político faça as concessões e os compromissos finais para tentar fechar um acordo".

Mais tarde, o chanceler do Uruguai, Ornar Paganini, afirmou que todos os países do Mercosul se disseram favoráveis ao acordo.

- Fizemos um repasse da situação e chegamos a um texto de comum acordo - declarou a jornalistas, acrescentando que faltam apenas "detalhes".

Na mesma linha, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse, também em rede social, que o "Mercosul e a União Europeia nunca estiveram tão próximos".

"A integração dos nossos mercados e a reafirmação dos nossos compromissos democráticos nos fará chegar mais longe juntos", escreveu Alckmin.

"Soberania agrícola" Estão presentes na cúpula os presidentes Javier Milei (Argentina), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Santiago Pena (Paraguai), além do anfitrião, Luis Lacalle Pou (Uruguai).

O gesto de Von der Leyen gerou reação do governo francês, que, em uma postagem, alegou que o acordo é "inaceitável tal como está". "O presidente Emmanuel Macron reiterou hoje (ontem) à presidente da Comissão Europeia. Continuaremos a defender incansavelmente a nossa soberania agrícola", diz o texto.

O posicionamento ecoa a pressão de movimentos de agricultores franceses. Um movimento massivo de protesto por parte de produtores no ano passado enviou sinais de alerta aos negociadores e foram reacesos nas últimas semanas, como pressão contra o acordo. Ontem, agricultores da Bélgica se juntaram ao movimento e bloquearam passagens de fronteira do país.

O argumento é de que o acordo pode inundar o continente de produtos mais baratos, gerando concorrência desleal. _

Entenda

O que prevê o acordo de livre-comércio?

O principal objetivo é reduzir as tarifas de importação e exportação entre os dois blocos. As tratativas tiveram início em 1999 e o termo foi assinado em 2019.

Qual pode ser o impacto?

A expectativa é de que o tratado permita aumento no Produto Interno Bruto (**PIB**) da U E ao redor de 7%, dado o acesso privilegiado - via menor tarifa - de empresas europeias ao mercado do bloco latino. Para o Mercosul, a estimativa é de expansão de cerca de 4%, mesmo com abertura agrícola "calibrada", ou seja, limitada por cotas, conforme o texto previsto. Produtos como veículos, peças de automóveis, máquinas, produtos químicos, vestuário e têxteis estão entre os que serão mais impactados.

Quem é a favor na UE?

Do lado da UE, países como Alemanha, Espanha, Portugal e Suécia são favoráveis, assim como a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Esses países temem o avanço da China na América Latina e entendem que a Europa perdeu espaço na região.

Do lado do Mercosul, os quatro países são favoráveis, embora a Argentina tenha ressalvas. O governo de Javier Milei cobra flexibilização nas regras do bloco para que os países possam firmar acordos de livre-comércio por fora.

Quem é contra?

A principal oposição parte da França, maior produtor

agrícola da Europa, que teme que os seus produtos, especialmente a carne, percam competitividade para os do Mercosul - sobretudo do Brasil. Também há críticas de países como Polônia, Áustria e Holanda, em especial de grupos políticos de direita.

O que falta e o que pode acontecer?

A parte econômico-comercial do acordo precisa obter maioria qualificada no Conselho Europeu (55% dos Estados membros e o aval de países que representem ao menos 65% da população do bloco) e no Parlamento Europeu, sem precisar ser referendada por todos os parlamentos nacionais - ao contrário dos demais termos do acordo. Para conseguir barrar a aprovação, ao menos quatro países, que representem 35% da população da UE, precisam se opor. A França deve tentar esse movimento junto a outras nações.

Outros pontos

Confira o que mais está em jogo na cúpula de Montevideu **ESTREIA DE MILEI E TROCA DE COMANDO** A cúpula em Montevideu marca a estreia de Javier Milei, que vai suceder o Uruguai na presidência do Mercosul. Com a troca de guarda, a pauta do bloco deve ficar mais focada na abertura para acordos de livre-comércio. Milei ameaçava abandonar o bloco durante a campanha e cancelou a participação no encontro de Assunção, em meio às trocas de farpas com o presidente Lula.

EXPANSÃO Essa também será a primeira cúpula da Bolívia como membro pleno. A partir de agora, o país terá quatro anos para se adequar às regras do bloco, o que inclui a cláusula democrática. O próximo passo é em direção à América Central: o Panamá será incorporado durante a cúpula de Montevideu como país associado, o mesmo status de Chile, Colômbia, Equador e Peru. Os próximos na fila seriam República Dominicana e El Salvador, que também estão em negociação para aderir como Estados associados.

"A linha de chegada está à vista. Vamos trabalhar, vamos atravessá-la." Ursula von der Leyen Presidente da Comissão Europeia

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241206&edicao=30599>